

A RAÇA AFRICANA E SEUS COSTUMES NA BAHIA

Manuel Querino

Coleção
AUTO
CONHECIMENTO

BRASIL
FULEJO





APOIO FINANCEIRO:



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



“O projeto tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal”.

Coleção
AUTO
CONHECIMENTO

MANUEL QUERINO

**A RAÇA
AFRICANA
E OS SEUS
COSTUMES
NA BAHIA**

THEATRO
XVIII

Republica of

nação
FULCRO

BAHIA / 2021

PREFÁCIO

Se predominasse a cultura portuguesa na Bahia, nós não teríamos o lundu, o samba, a tropicália e a axé-music. Não mexeríamos as ancas. E cantaríamos composições mouriscas e sofridas que entesariam o corpo e cortariam a respiração. Comeríamos feijões, nabos, natas, bacalhaus - que já existem poucos, e peixes regados a azeite de oliva. Pão, só de farinha de trigo. O dendê seria óleo de palma, custaria uma fortuna nos mercados, e assustaria os mais frágeis com a intensidade da sua cor. Beberíamos vinho verde, que alguns italianos negam existir. Desconheceríamos a capacidade de “cimentar” o caldo com a farinha de mandioca. E falaríamos o Português com prosódia quente, adequação climática à prosódia fria de Portugal.

Os Católicos seriam maioria absoluta na Bahia, onde não existiriam deuses que soubessem dançar. Ignoraríamos a astúcia de Exu, as energias guerreiras de Obá e Oyá, a faceirice de Oxum, a justiça de Xangô e a fartura de Iemanjá. O Acarajé, o Vatapá, o Caruru, o Mungunzá, o Ipeté de Oxum, fariam parte do imaginário de uma Gastronomia longínqua. E o leite de coco adocicaria tudo! Dois de Fevereiro, Lavagem do Bonfim, 4 de Dezembro e Conceição da Praia, então não criados, dariam lugar à Lavoira dos Cães, ao Magusto, à Vaca das Cordas, ao São João do Porto, ao Dia dos Diabos e ao Farandulo de Tó.

Se predominasse a cultura portuguesa na Bahia, nós abriríamos garrafas com tira-cápsulas, usaríamos peúgas nos pés, mexeríamos os cus e não as bundas, e

frequentaríamos Carnavais para purgar nossas tristezas. Antes da primeira publicação deste livro, em 1916, a Bahia impressa se dizia Ibérica, fortemente portuguesa; e quem nunca a tivesse visitado jamais imaginaria que a raça africana deixou algum costume por aqui.

Aninha Franco

Curadora da Coleção AutoConhecimento Nação Fulejo

A mou profundamente o passado e as tradições. O seu livro “A Bahia de Outrora”, escrito sem preocupações de sociólogo, é um magnífico repositório de observações de todo um passado da vida social baiana. Muita coisa terá o estudioso a colher nesta interessante documentação: sobrevivências africanas, autos populares, vida social no século passado, múltiplas questões sociológicas a que apenas teria que dar uma nomenclatura científica: mobilidade social, distâncias sociais, problemas de casta e de classe, color line, assimilação, aculturação... que sei mais? O que outros fizeram com relação a outros setores da civilização brasileira, fê-lo Manuel Querino, na Bahia, modestamente, sem alardes, sem exibição científica, mas com os mesmos propósitos de análise das relações de raça e de cultura, principalmente entre o africano e o luso-brasileiro, na nova sociedade em formação.

Por isso tudo, “A Bahia de Outrora” deve constituir um dos livros clássicos, para o conhecimento dos problemas de origem e formação da vida social e familiar, no Brasil. Os outros trabalhos seus, sobre problemas culturais e sociais, giram em torno destes dois estudos citados. “O colono preto como fator da civilização brasileira”, “A arte culinária da Bahia” e outros artigos de menor porte, acentuam a contribuição do africano na obra de formação da sociedade brasileira.

Manuel Raymundo Querino nasceu a 28 de julho de 1851, na cidade de Santo Amaro, na Bahia. A sua infância foi atribulada, como aliás toda a sua vida. A epidemia de 1855, em Santo Amaro, levava-lhe os pais. Foi confiado aos cuidados de um tutor, o professor Manuel Correia Garcia, que o iniciou nas primeiras letras.

Tendo apenas o curso primário, Manuel Querino lançou-se a aventura, aos 17 anos, alistando-se como recruta, viajando pelos sertões de Pernambuco e Piauí,

e aí unindo-se a um contingente que se destinava ao Paraguai, em 1865.

O seu físico franzino não lhe permitiu, porém, como era o seu desejo, combater nos campos do Paraguai. Ficou no Rio, onde, por suas habilitações, ficou empregado na escrita do quartel, a que pertencia. Em 1870, foi promovido a cabo de esquadra, e logo depois teve baixa do serviço militar.

Voltando à Bahia, começou a trabalhar nas faixas modestas de pintor e decorador. Sobrava-lhe tempo, porém, para estudar francês e português, no Colégio 25 de Março e no Liceu de Artes e Ofícios, de que foi um dos fundadores. Com as suas inclinações para o desenho, matriculou-se na Escola de Belas Artes, onde se distinguiu entre os primeiros alunos. Obteve o diploma de desenhista em 1882. Seguiu depois o curso de arquiteto, com aprovações distintas. Obteve várias medalhas em concursos e exposições promovidos pela Escola de Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios.

Distinguiu-se no magistério, exercendo os cargos de lente de desenho geométrico no Liceu de Artes e Ofícios e no Colegio dos Orfãos de S. Joaquim.

Interessou-se pela política. Foi republicano, liberal, abolicionista. Com Virgílio Damásio Lellis Piedade, Spínola de Athayde e outros do grupo da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, assinou o manifesto republicano de 1870. Fundou os primórdios “A Província” e o “O Trabalho”, onde defendeu os seus ideais republicanos e abolicionistas.

Combateu, na Sociedade Libertadora, e em outros núcleos, ao lado de Pamphilo da Santa Cruz, diretor da “Gazeta da Tarde”, Eduardo Carigé, Sergio Cardoso, Anselmo Fonseca, Frederico Lisboa, Rogaciano Teixeira, Cesar Zama e tantos outros, todos empolgados pela campanha abolicionista, na Bahia.

Manuel Querino foi um dos mais ativos trabalhadores do grupo, havendo escrito para a “Gazeta da Tarde”, uma série de artigos sobre a extinção do elemento servil.

Bateu-se pelas causas trabalhistas e operárias, tornando-se um verdadeiro líder da sua classe, em campanhas memoráveis, que o conduziram à Câmara Municipal. Ali — escreve um dos seus biógrafos — foi ele contrário às leis de exceções, às reformas injustas, descontentando aos senhores da situação, mas ao mesmo tempo ganhando as simpatias daqueles que seriam prejudicados por tais reformas, que apenas serviriam para acomodar a amigos e protegidos da situação dominante. Nessa mesma ocasião formou um bloco com outros e por uma indicação fez voltarem aos seus cargos vários funcionários dispensados por uma reforma injusta; e isso custou-lhe a não reeleição, retirando-se satisfeito para a sua obscuridade, desvanecido de que soubera cumprir o seu dever, ficando bem com a sua consciência de funcionário público.

E assim foi toda a sua vida. No seu modesto cargo de 3º oficial da Secretaria da Agricultura, sofreu os mais incríveis vexames. Foi consecutivamente preterido em todas as ocasiões em que lhe era a promoção. Esqueciam-no os poderosos do momento. Secretários e chefes de serviço se desinteressavam-se da sorte do Negro, que iria passar um dia à história do seu país. Onde estão todos eles? Quem se lembra de seus nomes? Servirão para se contar apenas, em futuro, a história do funcionalismo no Brasil, funcionalismo sem quadros técnicos fixos, oscilando entre as vontades dos poderosos do momento.

Manuel Querino foi bem o símbolo deste tipo de funcionário médio, trabalhador e cumpridor de seus deveres, mas sem a regalia desta coisa incrível que no

Brasil foi batizada com o nome de pistolão. Dito simplesmente, Manuel Querino foi um funcionário sem pistolão.

Foi reformado administrativamente em 1916. amargurado e descrente, refugiou-se no Matatú Grande, no aconchego de sua família e dos seus amigos, ou nas reuniões do Instituto Geográfico e Histórico acolhia carinhosamente o brasileiro descendente de africanos, que tantas páginas decisivas escrevera o destino do seu povo em terras do Novo Mundo. Os homens de ciência compensaram o que não souberam fazer os homens do governo.

Manuel Querino faleceu a 14 de fevereiro de 1923. E então os seus trabalhos começaram a ter certa notoriedade na Bahia. Escreveram-se louvores à sua memória. Os seus biógrafos contaram a história do humilde professor negro, do artista devotado ao seu trabalho, do exemplar chefe de família e amigo dedicado, do defensor das causas dos trabalhadores e operários do seu nível, do estudioso das questões do Negro no Brasil.

A 13 de maio de 1928, inaugurando o seu retrato juntamente com o do grande mestre Nina Rodrigues, a casa da Bahia prestou-lhe uma homenagem à altura dos seus meritos. Justificando essa homenagem, escreveu Bernadino de Souza que foram eles, Nina Rodrigues e Manuel Querino, “até agora na Bahia, os dois maiores estudiosos da raça africana”.

Seu nome — falou Antonio Vianna, traçando-lhe o perfil, na ocasião — seu nome visceralmente ligado ao problema libertador, intimamente unido ao movimento operário no Brasil, confundindo nos maiores ideais de independência e de evolução, seu nome ficará para honra do seu tempo definindo as qualidades elevadas do homem de cor.

“Estudando os seus irmãos, Manuel Querino estudou a si mesmo. Descobrimo riquezas no sangue e na alma do preto, denunciou a matéria de que ele mesmo era feito, dessa materia de heróis, dessa matéria de fortes...”

Escreveu muitos trabalhos, entre livros, monografias e simples artigos de revista e de jornal. Podemos citar, entre os seus trabalhos principais: “As artes na Bahia”; “Desenho linear nas classes elementares”; “Elementos de desenho geométrico”; “Artistas Baianos”; “A raça africana e seus costumes na Bahia”; “O colono preto como fator da colonização brasileira”; “Bailes pastoris”; “A Bahia de outrora”; “A arte culinária na Bahia” (publicação póstuma); vários artigos na Revista do Instituto Geográfico e Historico da Bahia: “Notícia histórica sobre o 2 de julho e sua comemoração”; “Os homens de cor preta”; “Um baiano ilustre”; “Candomblé de caboclo”...

Reuni neste volume, os trabalhos de Manuel Querino dedicados aos estudos de etnografia religiosa, folclore e tradições sociais do Negro no Brasil e que se poderão enquadrar num título geral — “Costumes africanos no Brasil”.

Abrangem: a) a memória “A raça africana e os seus costumes na Bahia, apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na Bahia”, em 1916, e publicada no Iº volume dos Anais do mesmo Congresso; b) a memória “O colono preto como fator da civilização brasileira”, apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, de Belo Horizonte, e publicada em separata na Bahia, em 1918; c) o trabalho póstumo “A arte culinária na Bahia”, publicado em 1928, por iniciativa do Sr. Alberto Moraes Martins Catharino, em homenagem à familia do saudoso professor; d) excetos de “A Bahia

de outrora”, livro publicado na Bahia, em 1922, com o sub-título de “Vultos e fatos populares”, excetos em que há referências a assuntos negro-brasileiros e por isso reunidos agora com o título de “Notas de folclore negro”. Nestes dois últimos trabalhos, há realmente muita coisa de tradições e sobrevivências folclóricas, ameríndias e branco-europeias, penínsulares, mas com o aporte negro em quase tudo. Por isso mesmo, não hesitei em inclui-los no atual volume.

Num apêndice de “A raça africana e seus costumes na Bahia”, acrescentei ainda a curta nota “Candomblé de caboclo”, publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico, da Bahia, volume 45.

Muito haveria que discutir e retocar nestes ensaios de Manuel Querino. Os estudos de africanologia tomaram em nossos dias um rumo vertiginoso. Os métodos se aperfeiçoam e há a preocupação dos herdeiros da Escola de Nina Rodrigues em manter as rígidas tradições da escola, no setor dos estudos negro-brasileiros. Manuel Querino, auto-didata, trabalhando com independência metodológica, sem ligações diretas com as tradições da Escola Bahiana, deixou-se resvalar em falhas e senões que de certo modo tiram a alguns de seus trabalhos, o exato sabor científico.

Estas falhas convertem-se em mérito, porém, se atentarmos nas condições deficitárias em que trabalhou e pesquisou, sem quaisquer meios de ajuda, sem estímulos do ambiente, isolado com os seus segredos e as suas decepções. Fugiu para o estudo dos da sua raça, como uma evasão, no recôndito dos candomblés, auscultando os velhos Pais de terreiro do Gantois, ele voltava às costas a um mundo que lhe fora quase hostil.

E dali a imensa onda de compreensão humana que resalta das páginas da sua obra. Ela deve, por isto, ser publicada sem acréscimos e sem retoques. Ape-

nas, aqui e ali, sem nenhuma alteração do texto, appuz algumas notas indispensáveis à compreensão de certos pontos, hoje familiares aos africanólogos brasileiros, mas que poderiam lançar certa confusão no espírito dos leitores despreocupados.

Tenho a agradecer a boa vontade da família do Professor Manuel Querino, tudo me facilitando para a publicação deste livro; aos prezados amigos Drs. Hosannah de Oliveira e Hermilo Guerreiro de Castro, intermediários nos entendimentos havidos, e que me proporcionaram o conhecimento de alguns trabalhos esgotados de Manuel Querino, e outras informações de inestimável valor; ao Dr. Bernandino José de Souza, por sua preciosa cooperação, apontando-me alguns estudos do autor, na coleção da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; a outros dedicados amigos e colaboradores, da Bahia e do Rio, interessados todos nesta obra de reivindicação a um dos maiores estudiosos do Negro, no Brasil.

Arthur Ramos
Rio, janeiro de 1938

“Como pesquisa etnográfica,
nenhuma das levas colonizadoras
merece-nos mais atenção
do que as importadas da
Costa d’África e sua prole”.

Mello Moraes Filho
Tradições do Brasil

Há mais de meio século, o sábio beneditino, Fr. Camillo de Monserrate, estranhando o pouco apreço e a nenhuma importância em que eram tidos os estudos referentes aos usos e costumes dos africanos, entre nós, traçou aos escritores brasileiros o seguinte roteiro, apenas iniciado pela malogrado professor Nina Rodrigues: “Conviria muito, pois, antes da extinção completa da raça africana, no Brasil, e, sobretudo, antes que desapareçam as variedades mais interessantes e menos vulgarmente conhecidos, apanhar dos próprios indivíduos, que as representam, informações que dentro de pouco tempo será impossível ou pelo menos muito difícil de obter. Há, entre os negros transportados da África, indivíduos oriundos de regiões do interior do continente, até onde nenhum viajante conseguiu ainda ir, e que não se acham mencionados em nenhuma relação publicada. Pode-se ainda distinguir e estudar os tipos diversos, constatar-lhes autenticamente a origem, interrogar os indivíduos sobre suas crenças, suas línguas, seus usos e costumes, e recolher assim da própria boca dos negros, tanto mais facilmente quanto é certo que eles falam a língua comum, informações que os viajantes só a muito custo obtêm, correndo grandes riscos em custosas expedições e ainda sujeitos aos mais graves erros”.¹

Não nos propomos a empreender um trabalho nos moldes indicados pelo ilustrado monge; entre outros motivos, por nos faltarem os requisitos indispensáveis a um estudo psicológico

¹ Rocha Pombo — *História do Brasil*. Volume 2º.

das tribos que por largos anos conviveram entre nós, e, sobretudo, porque se extinguiram, precisamente, os africanos que, sendo aqui escravizados, ocuparam, na terra natal, posição social elevada, como guia dos destinos da tribo, ou como depositários dos segredos da seita religiosa.

Assim, este nosso trabalho é apenas um esboço, uma como tentativa.

Apesar da reserva, rigorosamente mantida pelos africanos, com relação às suas práticas fetichistas, conseguimos colher, nas melhores fontes, seguras informações acerca da religião das tribos que aqui se extinguiram.

Tanto quanto nos foi possível penetrar os misteriosos recessos do rito africano, vencendo resistências oriundas da prevenção e da desconfiança, acreditamos haver apreendido as principais cerimônias que formam o corpo da seita.

Apreciando-se devidamente o coeficiente de contribuição da raça africana no caldeamento da população brasileira, não é para desprezar os estudos dos usos e costumes da mesma raça, aqui introduzidos e até certo ponto conservados, deliberamo-nos a escrever a presente monografia, no empenho exclusivo de prestar diminuto e desinteressado serviço às letras pátrias.

Não presumimos ter produzido um trabalho de nota; mas estamos convencidos de que não é ele inteiramente destituído de valor.

O que podemos asseverar é que nos custou muito esforço e atividade, afim de que o resultado de nossas pesquisas tivesse o selo da verdade incontroversa, característica que é dos empreendimentos desta natureza.

As nossas investigações compreenderam os próprios africanos e estenderam-se aos seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos ascendentes.

Incontestavelmente, o fetichismo africano exerceu notória influência sobre nossos costumes; e nos daremos por bem pago se o reduzido material que reunimos puder contribuir para o estudo da psicose nacional no indivíduo e na sociedade. E, aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas.²

Não. Primitivamente, todos os povos foram passíveis dessa boçalidade e estiveram subjugados à tirania da escravidão, criada pela opressão do forte contra o fraco.

Entre nós, o elemento português fez do africano e sua descendência a máquina inconsciente do trabalho, um instrumento de produção, sem retribuir-lhe o esforço, antes torturando-o com toda a sorte de vexames.

Quem desconhecerá, por ventura, o prestígio do grande cidadão americano Booker Washington, o educador emérito, o orador consumado, o sábio, o mais genuíno representante da raça negra na União Americana?

²*Note-se, como, já em seu tempo, Manoel Querino se insurgira contra o preconceito de inferioridade antropológica do Negro, atribuindo o seu atraso a contingências sócio-culturais, e não a inferioridade de raça (A.R.)*

A luta que nobremente sustentou, no Brasil, o elemento africano, com heroísmo inegalável, em favor de sua liberdade mereceu de ilustre escritor patricio estes memoráveis conceitos: “Quem havia de pensar que estes homens sem instrução, mas só guiados pela observação e pela liberdade, foram os primeiros que no Brasil fundaram uma república, quando é certo que ainda naquele tempo, não se conhecia tal forma de governo, nem dela se falava no país?”.³

O Padre Vieira, referindo-se aos naturais da Ilha de Cabo Verde, em carta dirigida ao confessor de S.S. Altezas, em 25 de Dezembro de 1652, externou-se assim: “Há aqui clérigos e cônegos tão negros como o azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados que fazem invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais”.

Do exposto devemos concluir que, somente a falta de instrução destruiu o valor do africano. Apesar disso, a observação há demonstrado que entre nós, os descendentes da raça negra têm ocupado posições de alto relevo, em todos os ramos do saber humano, reafirmando a sua honorabilidade individual na observância das mais acrisoladas virtudes.

NOS SERTÕES AFRICANOS

Passamos agora a dar notícia resumida de alguns costumes das tribos africanas, tais como se

³Rocha Pombo — *História do Brasil*.

ainda observam em terras dos sertões do Niger e do Congo, notícia que colhemos de velhos respeitáveis e que nos deram sem reservas nem subterfúgios, porque em nós estas pessoas não viam mais do que um amigo de sua raça, ou quem, com sincera simpatia, sempre respeitou e soube fazer justiça à gente que o cativo aviltou, insultou e perseguiu, mas que não logrou jamais alterar-lhe as qualidades inatas, afetivas.

Muitos dos costumes que ora passamos a narrar deitaram raízes profundas no nosso meio; outros desapareceram por incompatíveis com o cristianismo dominante; outros modificaram-se tanto e se infiltraram tão sutilmente através da massa cosmopolita das nossas populações, que muito dificilmente se lhes reconhecem traços na vida da nossa sociedade atual.

Começaremos por descrever como, entre os Nagôs n'África Central⁴, se pratica com os recém-nascidos e como se batizam as crianças. Estando a mulher nos últimos dias da gestação davam-lhe de beber uma infusão de folhas, na qual se embebia um retalho de pano com que se umedecia o corpo da parturiente. Dada à luz à criança, servia o pano para envolvê-la, depois de lavada, dando-se-lhe de beber da mesma.

No umbigo do recém-nascido deitava-se um emplastro daquelas folhas maceradas. Durante três vezes era a criança imergida n'água, do mesmo modo que pratica o indígena americano. Estava batizada, e em seguida entregava-se ao genitor. Decorrido algum tempo a criança era

⁴Ficaria melhor dito "na África Ocidental". (A. R.).

apresentada ao *Sova* do tribo, que confirmava o batismo, estendendo sobre ela o seu manto.

Em diversos lugares observavam a seguinte prática: duas mulheres grávidas faziam esta combinação: se dessem à luz a dois meninos seriam eles amigos e se fossem menino e menina se casariam.

Outras vezes os casamentos eram contratados depois de nascidos os filhos, ainda em tenra idade.

Assim ajustados, os parentes do noivo mostravam o maior cuidado e interesse pela noiva até o final, encarregando a um amigo de vigiar a rapariga em todo lugar.

Na ocasião aprazada concluíam o ajuste. Se o rapaz abusasse da intimidade, por ofensa ao pudor, era condenado a grande indenização e desterrado definitivamente para outra tribo; se o delito fora mais grave, com intervenção da feiticeira, nesse caso a pena era capital, enterravam-no vivo, em pé, tendo, apenas, a cabeça fora do solo. Os parentes não se casavam entre si.

Na África Oriental, até o meiado do século passado, era observada com rigor, a *Pena de Talião*.

O indivíduo que cometesse um assassinato e fosse logo capturado, teria execução imediata, antes de ser sepultada a vítima. Quando o indigitado negava o crime, procediam do seguinte modo: o *Sova* mandava vir um *ídolo*, lavava-o e a água dava a beber ao delinquente.

Se o indivíduo vomitasse o líquido seria considerado inocente; no caso contrário, a condenação era inflexível. Armavam enorme fogueira, em presença dos parentes e amigos do criminoso, e, em momento dado, atiravam-no nas chamas.

Diferentes eram os meios empregados na captura e apreensão de crianças e adultos, nos ínvios sertões do contingente negro. Autorizados pelo *Sova*, governador local, que participava das proventos do negócio (vide Estampa n.2) e por isso entendia-se diretamente com os negreiros, exercendo ativa vigilância na costa para evitar a ação dos cruzeiros que vigiavam os mares, os traficantes de carne humana lançavam mão de toda a sorte de simulação, conducente aos fins que visavam.

As crianças começavam por entretê-las com frutos, açaças, acarajés, pipocas e outras iguarias, atraindo-as para lugares ermos e distantes, entre cantigas e danças. Ao anoitecer, os incautos, longe de suas choupanas, desconhecidos os caminhos, impossibilitados de voltarem, eram entregues aos mercadores. Com os adultos, variavam o processo da cilada: improvisavam-se mercados, e quando havia muita gente reunida davam o cerco, e bem poucos eram os que escapavam.

Outras vezes, procuravam trabalhadores para o amanho da terra, mediante rendoso salário; depois de alguns dias surgiam os agenciadores que se apoderavam, à viva força, dos incautos negros. Em outras ocasiões, os interessados induziam os caçadores de homens livres a promoverem festas que, de ordinário, se efetuavam à noite. Em dado momento, surgiam os agenciadores a tocarem gaitas, a cantarem e a baterem palmas. Os que se divertiam, segundo combinação prévia, vinham ao encontro deles, e nesse momento fingiam uma agressão, que degenerava logo em conflito.

O grupo assaltante amarrava os prisioneiros e conduzia-os à presença do *Sova* que, ime-

diatamente os remetia aos compradores, a troco de fumo, aguardente, miçangas, pano de algodão, espingardas e fardas velhas, facas, etc. Além disso, os próprios africanos vendiam-se uns aos outros: e neste caso, as crianças furtadas eram logo marcadas com a tatuagem da tribo a que iam servir.

Havia também outros que se faziam escravos voluntariamente, escolhendo o indivíduo a quem queria servir; apresentava-se dizendo que queriam vender o corpo. Isto combinando, recebiam o pagamento, que constava de uma peça de zuarte, um frasco de aguardente e dois lenços.

Os escravos assim adquiridos não podiam ser vendidos fora do local ou exportados.

Em 1522, os mouros, rapazes e raparigas, devido ao aperto da fome, ofereciam-se como escravos, somente para obterem a alimentação; e assim, embarcavam para Lisboa e Sevilha, para onde os navios seguiam carregados.⁵ As viagens do interior para o litoral tornavam-se penosas, pois, seguiam os negros algemados, com dupla canga de madeira que os prendia a dois e dois, pelo pescoço. A marcha durava semanas e meses através de rios e florestas, mal alimentados, sem repouso, cabeças descobertas expostas ao sol ardente, até o ponto de embarque, como fossem, Lagos e toda a Costa de Guiné, que se constituíram o maior empório de exportação de africanos para o Brasil.

Os árabes foram os maiores e mais ousados traficantes do continente negro; armavam

⁵*Vida de Fr. Luiz de Souza — Curso de Literatura por Sotero dos Reis, volume 2º.*

caravanas para dar caça ao homem, e bem assim compravam a *mercadoria* humana aos chefes locais para revendê-las aos portugueses e a outros compradores.

A crueldade dos árabes excedia ao que há de mais hediondo e desumano. Se o escravizado não podia seguir o bando, era esfaqueado, enforcado ou deixado ao abandono, exausto de fome. “Sempre o mesmo motivo para o assassinio; furioso pela perda do seu dinheiro, o dono alivia a sua cólera matando o escravo que não pode continuar”.⁶ Os traficantes, ao receberem a *mercadoria*, marcavam-na com um ferro em brasa, nos peitos, nas costas, nos braços e no ventre, de acordo com a senha convencionada pelos consignatários, no Brasil. De modo que, aqui chegando, cada qual distinguia o que era seu. Está averiguado que os primeiros escravizados chegaram ao Brasil em 1538, em uma *nau* pertencente ao famigerado Jorge Lopes Bixorda, que muito antes, em 1512, levara para Europa alguns indígenas como espécime do tráfico, ao preço de três mil e setecentos réis, por cabeça.

E nessa razão eram dados aos tripulantes dos navios em pagamento de etapas vencidas ou trocados por mercadorias.

“Ainda que se saiba que havia nesse tempo escravos mouros em Portugal, todavia entre os documentos que indagamos, nenhum dá a entender que antes desta data outros tivessem vindo da África; foram, pois, os negros de Bixorda as primeiras sementes que deviam fecundar a superfície d’América”.⁷

⁶Livingstone — *Viagens de exploração*, página 95.

Levados para bordo, completamente nus, os adultos ocupavam lugar no convés da embarcação e as crianças, de ambos os sexos, se alojavam em torno do beliche do comandante.

Reproduzimos aqui o depoimento do Dr. Cliffe, testemunha ocular dos horrores do tráfico nefando:

“Os escravos são acumulados confusamente e deitados de lado, em uma mistura geral de braços, pernas e pernas, de forma que é impossível a um deles remexer-se sem que a massa inteira se remexa também. Na mesma embarcação formam-se, às vezes, duas ou mais cobertas, apinhadas de escravos, e cuja altura não excede de pé e meio ou mesmo de um pé.

Eles têm assim o lugar preciso para conservarem-se deitados, ou por assim dizer, achatados; mas uma criança não poderia estar sentada nestas longas linhas de catacumbas... São servidos por um só homem, que faz descer-lhes uma cabaça de água e uma ração de alimentos. Somente aqueles que parecem mais abatidos, são içados para o convés, ao *ar* livre.

Os navios perdem às vezes mais de metade de sua carga, e até cita-se o exemplo de um carregamento de 100 negros, dos quais só 16 sobreviveram à viagem.

Nada pode dar uma ideia dos sofrimentos a que estes desgraçados estão sujeitos por causa principalmente da falta d'água. Como a presença a bordo de uma grande quantidade d'água e de barris expõe os negreiros ao apresamento, eles

⁷Dr. Jaguaribe Filho — *Os herdeiros de Caramuru*.

têm chegado, depois de cálculos de uma odiosa precisão, a reconhecer que, distribuindo uma vez de três em três dias a cada indivíduo a água contida em uma xícara de chá, isto bastaria para conservar-lhe a vida.

Nada igualmente pode dar ideia exata da imundice horrível de um navio carregado de escravos. Acumulados, ou antes embarrilados como se acham os negros, torna-se quase impossível limpar o navio, que é de ordinário abandonado, a falta de um Hércules assaz temerário para varrer essas novas estribarias d'Augias... Não resta dúvida de que, se um branco fosse mergulhado na atmosfera em que vivem os desgraçados negros, seria imediatamente asfixiado.

Para fazer chegar 65 mil negros ao Brasil, fora preciso arrancar 100 mil da Costa d'África, e que, desses 65 mil, morrem comumente 3, 4 ou 5 mil nos dois meses subsequentes à sua chegada.

Se as antigas matanças de prisioneiros de guerra a fio de espada; se o degolamento dos inocentes; se as fogueiras ou autos de fé da inquisição, crimes perpetrados na praça pública e no meio do povo, parecem-nos horríveis, não obstante a diferença dos tempos; o que diremos desse novo gênero de suplício consumado, em grande parte, nas praias desertas ou nas solidões do oceano, entre o algoz e a vítima, e perante a majestade do supremo vingador de todas as vítimas?⁸

A vigilância era rigorosa, a fim de evitar que eles se atirassem ao mar, como por vezes acontecera, sendo que os mais salientes e perigosos eram presos a fortes argolas, cravadas no madeiramento do navio. Com toda propriedade

⁸*Apud Cartas do Solitário — do Dr. A. C. Tavares Bastos — Rio de Janeiro, 1863.*

assinalou este fato o genial poeta do “O Navio Negreiro”, quando disse:

São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz,
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus.
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão
Ontem simples, fortes, bravos...
Hoje míseros escravos
Sem ar, sem luz, sem razão.
.....
Ontem plena liberdade
A vontade por poder...
Hoje... cúmulo de maldade!
Nem são livres pr’a morrer...”

A viagem para o Brasil era das mais infelizes, não tanto pelas tormentas do Oceano, como pela estranha alimentação, resultando daí que, às vezes, o valor real da *mercadoria* não compensava os esforços e trabalhos do contrabandista de carne humana.

Em diversos pontos da África existiam feitorias ou casas de comissões, sendo certo que no porto de Ambriz havia duas de negociantes da Bahia, como fossem, uma pertencente a Manuel Pinto de Fonseca, e outra a Ferraz Correia.

O receio de aprisionagem por parte dos cruzados ingleses tornava mais perigosa a travessia, pois que, em caso de captura, a *mercadoria* era livre e conduzida para o porto de Serra Leoa, e o

navio negreiro metido a pique. O tripulante que escapava era submetido ao castigo do calabrote ou içado nas vergas a dois cabos de mergulho por baixo da quilha da embarcação.

Bem haja a pena infligida aos traficantes.

NA AMÉRICA PORTUGUESA

“...aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade”.

Joaquim Nabuco

Ao chegarem as levas de africanos nas águas da Bahia, dava-se-lhes desembarque franco no cais d'Água de Meninos, onde existiu, por muito tempo, um velho engenho. A despeito da proibição expedida em Ordens Régias, o tráfico negreiro avultava assombroso.

No século XVIII, escrevendo a D. João V, sobre este assunto dizia o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide: “Acima disse que havia nele — (Arcebispado) — mais de *noventa mil almas*, e *deste* número, certamente posso afirmar que muito mais de *cinquenta mil* são escravos. Acresce que um ano por outro, da Costa da Mina e de Angola entram nesta cidade da Bahia, nas embarcações que os vão buscar naquelas partes, mais de dois mil escravos”. Ainda são do venerando prelado estas palavras: “...o de que tratam, principalmente os compradores é de porém os escravos ao trabalho, e descuidam-se tanto de lhes ensinar a doutrina Cristã, que

poucos são os que têm a fortuna de serem batizados dentro de um ano”.

Entretanto, desde 1693, El-Rei D. Pedro II expedira esta ordem, que não fora cumprida, a julgar pelo que expusera o prelado baiano: “Mandamos que, qualquer pessoa, de qualquer estado ou condição que seja, que escravos de Guiné tiver, os faça batizar e fazer cristão do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder”.

O governo podia decretar as leis que quisesse, que não moderaria a cobiça desordenada dos que aspiravam às riquezas sem amor ao trabalho; isso tanto mais quanto os agentes do próprio governo eram os mais interessados na divisão de presa tão opima.

Depois da lei de 1831, que aboliu o tráfico de africanos, continuou, todavia, o torpe comércio, ainda que com mais algum recato; os desembarques se faziam à noite, no trapiche *Bernabé*, e também no *Morro de São Paulo*, *Barra Falsa*, e fazenda *Tobá*, longe das vistas dos cruzeiros nacionais.

Os escravizados eram vendidos no trapiche, sendo aí expostos, completamente nus, homens, mulheres e crianças, envolvendo-os os compradores em tangas de cobertores de algodão, para assim dar-lhes ingresso em casas de família.⁹

O *Argos Pernambucano*, de 30 de janeiro de 1850, denunciava à nação: “É notório o escândalo com que se tem introduzido, na Bahia, reduzidos à escravidão, africanos livres, com a mais evidente conivência do governo”.

⁹“Havia mais nesta cidade o terrível costume que todos os negros que chegavam da Costa d’África a este porto, logo que desembarcavam,... (cont. p 31)

O *Argos Sant'Amarense* foi mais preciso, afirmando que “o próprio presidente da Província, no dia 21 de outubro de 1849, ao anoitecer, desembarcara na Cidade de Santo Amaro um grande número de africanos novos que da capital tinha levado em um barco, e os conduzia para seu engenho”.

O consul inglês reclamava do governo da então Província, medidas eficazes que *proibissem* a saída de sete navios que se aprestavam para o tráfico.

Solicitava ainda o representante do governo britânico que os navios fossem desarmados, antecipando-se a violências que depois vieram. O *Argos Bahiano*, comentando o fato observava: “É preciso confessar que só o governo e, principalmente o seu agente nesta província são os culpados de todas as violências praticadas pelo cruzeiro inglês”. O eminente geógrafo Theophilo Lavallé, tratando do Brasil, escrevia:

“O Brasil é uma país sem riquezas reais, sem indústrias, sem trabalho. A população se compõe de nobres orgulhosos e semi-bárbaros, de comerciantes ávidos, de nômade selvagens e de negros que sofrem o peso rigoroso da escravidão”. De fato assim era. Só o africano era obrigado ao trabalho, amanhando as terras e colhendo os produtos da sementeira, porque o regime estabelecido neste país era a ambição do ouro sem o amor ao trabalho. Até o clima servia de desculpa aos ociosos, e por isso

... entravam para a cidade, vinham para as ruas públicas e principais delas, não só cheios de infinitas moléstias, mas nus; enquanto não têm mais ensino, são o mesmo que qualquer outro bruto selvagem, no meio das ruas onde estavam sentados em umas tábuas, que ali se estendiam, ali mesmo faziam tudo quanto a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fétido nas mesmas ruas e vizinhanças, mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos”. (Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1779).

dizia José de Alencar: “O europeu não resistia; o índio não se sujeitara; compraram o negro”.

Conduzidos os escravos às casas dos compradores, aí ficavam por algum tempo, não se lhes permitindo sair à rua, enquanto não compreendessem alguns vocábulos da língua portuguesa.

Os africanos, aqui introduzidos, pertenciam a diversas tribos, como fossem: *Cambinda, Benin, Jeje, Savarú, Maqui, Mendobi, Cotopori, Daxá, Angola, Mossambique, Tápa, Filanin, Egbá, Ioruba, Efon ou cara queimada, Quêto, Ige-bú, Ótá, Oió, Iabaci, Congo, Galinha, Aussá, Igexa, Barba, Mina, Oondô Nagô*,¹⁰ *Bona, Clabar, Bornô, Gimun*, a gente predileta ou preferida dos olhadores etc., tribos de que temos aqui ainda alguns representantes.

O extensíssimo litoral que compreende a Serra Leoa e a Libéria, designado pelo nome de *Guiné* foi imenso empório da grande exportação de africanos para o Brasil.

“Era principalmente para a Bahia, que fora capital do Brasil durante muitos anos, que se encaminhavam os desgraçados filhos da adusta Líbia, e por isso os naturais de Guiné ainda hoje dão o nome de Bahia, ao Brasil, à América e até a Europa”.¹¹

¹⁰O vocabulo *Nagô* abrange as tribos seguintes: *Mina Ioruba, Igexa, Ijebus, Efon, Otá, Egbá*, devido à grande extensão de território ue compreende as terras da Costa dos Escravos.

As tribos *Egbá* e *Iorubá* as mais distintas, eram consideradas primitivas. (Nota de M.Q). Manuel Querino confundiu, nesta enumeração de “tribos” africanas, nomes de nações e simples designações de localidades, como ele próprio o reconhece mais adiante. Para a critica as “listras” de povos negros importados do Brasil, vide o *Negro Brasileiro* (pág. 15) e *As culturas Negras no Novo Mundo*, págs. 228 e segs. (A. R).

¹¹*Onesine Reclus — A terra Ilustrada*, pág. 674.

“Os Minas, entre os quais se recrutou uma infinidade de escravos para a América, são homens de compleição atlética, pelo que no Brasil eram estimados como servos, ao passo que se tornaram temidos pela natural altivez, própria de homens nascidos para a liberdade”.

Iorubas, Egbás e Quêtos, muito considerados em suas próprias terras, eram ali de ordinário preferidos nas posições locais. Os que mais se adaptaram à nossa civilização foram: o que deu o tipo do capadócio, engraçado, o introdutor da capoeira; o Ijexa, o Congo e notadamente o Nagô, o mais inteligente de todos, de melhor índole, mais valente e mais trabalhador. Os Jejês assimilaram um pouco os costumes locais, mas, não em tudo. Eram muito dados a tocatas, a danças e um tanto fracos para o trabalho de lavoura. Os mais ferozes e turbulentos eram os Efun ou cara queimada.

Em geral, falavam os africanos diversos dialetos, que pareciam derivados de grupos de línguas diferentes; sendo a língua *Iorubá* a mais importante pela extensão do seu domínio no continente negro.

Os nomes acima citados indicam, apenas, localidades de nascimento ou de tribo onde a linguagem primitiva sofreu alterações, originando os diversos patuás.

A mistura de tantas tribos diversas na mesma cidade tornou isso uma Babel africana, de modo que se tornava comum, aos já aclimatados, no meio da conversação mal entretida, o empre-

go de termos da língua portuguesa a fim de se fazerem entender.¹²

O africano foi um grande elemento ou o maior fator da prosperidade econômica do país: era o braço ativo e nada se perdia do que ele pudesse produzir. O seu trabalho incessante, não raro, sob o rigor dos açoites, tornou-se a fonte da fortuna pública e particular.

“Nas fazendas, os desgraçados sofriam a prática de uma regime de terror, porque o fazendeiro, temendo a rebeldia do negro, a reação da besta, trazia-os enfreados, como que tolhidos de toda e qualquer ação intelectual, por um sistema de desumana disciplina. Inventou para esse fim os mais perfeitos instrumentos de martírio — os troncos, as gargalheiras, as escadas, os bacalhaus cortantes, os sinetes incandescentes, as tesouras para cortar lábios e orelhas, os Anginhos e colares de ferro. De mais, quando o delito era gravíssimo, amarravam os negros e os metiam vivos no âmago das fornalhas ardentes dos engenhos”.¹³

E praticavam essas atrocidades os que se diziam pioneiros da civilização e da cultura. Fora ele o operário de todas as aplicações mecânicas e auxiliar de artes liberais.

Apesar das injustiças que sofreu, apesar de todo o esforço dispendido, toda a sua existência consagrava-se à formação de fortunas, que se transmitiram a mais de uma geração de senhores.

¹²“O missionário Clark fez confronto lexicológico de 299 línguas africanas. Porém a obra mais completa, no gênero crítico e narrativo, obra que sintetiza e examina miudamente todos os trabalhos anteriores, é a de R. N. Cust. A ela pode recorrer, com grande utilidade, quem queira dedicar-se a investigações sobre qualquer...grupo africano, pois que, além de uma vasta indicação das fontes, encerra a exata e completa enumeração de muitíssimas línguas e dialetos”. *Manual da Ciência da Linguagem*, por Giacomo Grigorio, pág. 104.

¹³Gonzaga Duque — *A Arte Brasileira*.

Raça benemérita, escarnecida, explorada “que atravessou três séculos de opróbio e de opressão, maldita de todos, perseguida por uma infinita sucessão de violências e vergonhas” pelos que viviam na ociosidade a ostentar luxo e grandeza, à custa do seu trabalho.

“O negro, fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento econômico, criador do país e quase o único.

“Sem ele, a colonização seria impossível, ao menos a dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alentaram, em grande parte, e a princípio, os primeiros colonos”.

“Também por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional”.¹⁴

Em 1625, tendo o governador, D. Francisco Rolim de Moura, informado a El-Rei, Felipe III, do serviço que havia aqui prestado à coroa um africano, o qual durante a guerra dos holandeses, numa ocasião, trepado em um genipapeiro com um saco de pedras, matava a pedradas quantos holandeses podia alcançar, mandou El-Rei libertar o preto à custa da Fazenda Pública, e fundar a fortaleza no lugar do genipapeiro, com o nome de S. Antonio, por que Antonio se chamava o preto, a quem o El-Rei fez capitão comandante da mesma fortaleza.¹⁵

Como defensor do território nacional, diz ilustre historiador patricio: “Não se pode fazer uma ideia das conjuturas em que se viram as primeiras feitorias e os primeiros núcleos da costa, aqui, à

¹⁴ João Ribeiro — *História do Brasil*.

¹⁵ Hoje serve de prisão civil denominada Casa da Correção, nesta cidade

mercê, quase indefesos, de investidas formidáveis dos gentios. Não fosse o braço forte do negro o que teria sido daquelas tentativas de fixação e domínio?

“Quando começaram a entrar os africanos, a sua função principal foi a das armas, na repulsa às temerosas agressões das hordas indígenas”.¹⁶

“Os negros africanos, importados no Brasil desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade”.

Concorreu como auxiliar direto para a emancipação política do Brasil, de modo que conquistou a liberdade para aqueles que depois disso os conservaram na escravidão.

Durante a luta da independência, na Bahia, criaram-se batalhões de milícias compostos de crioulos, sob a denominação de *Legião dos Henriques*, em homenagem aos grandes feitos d’armas contra holandeses, em Pernambuco, praticados pelo valente cabo de guerra Henrique Dias.

A essa legião foram incorporados alguns batalhões compostos de africanos, sendo um comandante de um deles o tenente coronel João Baptista de Faria, africano falecido na cidade de Cachoeira onde exercia o lugar de Procurador do Foro. Este oficial fez parte da companhia de veteranos que deu guarda de honra a S. M. D. Pedro II, por ocasião de sua visita a esta província, em 1859.

Conta-se que o africano Domingos de tal, morador à Ladeira de S. Thereza, costumava aí dar funções de *candomblés* e, numa dessas ocasiões, foi-lhe cercada a casa pela polícia. Exibindo a sua patente de

¹⁶Rocha Pombo — *História do Brasil*.

tenente de milícias, teve que ser recolhido à sala livre do Aljube. Um outro, sendo convidado a comparecer na polícia, acusado de ter sido parte num levante, em lá chegando fora mal recebido pela autoridade. Imediatamente colocou no peito a *vené*ra Ordem de Pedro I, e a autoridade moderou logo o seu mau humor.

Francisco Nazareth, africano, capitão de milícias, exerceu, por muito tempo, o lugar de mestre da banda de barbeiros denominada — Ter-no—. Como se vê, o africano prestou valiosos serviços à conservação da unidade territorial e defesa da integridade nacional, serviços que não foram devidamente compensados.

Com resignação evangélica suportou todos os martírios da *civilização brasileira*: nunca, porém, deixou de ser o tipo da fidelidade, tendo por apatnágio a gratidão.

“A escrava martirizada ontem pela *senhora*, toma-lhe hoje o filho e o cria, amorosa, solícita, com o cuidado e a ternura da maternidade desinteressada”.

Por ocasião do levante de 1835, o africano liberto Duarte Mendes e sua parceira Sabina da Cruz, denunciaram ou preveniram a insurreição planejada, prestando desse modo relevante serviço à população da capital. A Assembleia Provincial, tendo em apreço esse ato de fidelidade, pelas leis nº 344, de 5 de agosto de 1848, e 405, de 2 de agosto de 1850, dispensou os referidos africanos do pagamento dos impostos provinciais a que eram obrigados.

Se o elemento africano não teve notória influência, no que diz respeito à moral, no meio em que viveu, também não destruiu o que encontrou; ao contrário, foi um sustentáculo persistente dos bons costumes, no regime doméstico.

Como é sabido, refere conceituoso escritor nacional, — a raça preta não só tem modificado o carácter nacional, mas, tem até influído nas instituições, nas letras, no comércio e nas ciências do país, “Vivendo conosco no tempo e na ação, os escravos dominaram às vezes de tão alto que a eles devemos ensino e exemplos”.¹⁷

CULTO FETICHISTA

O culto religioso aqui professado pelos africanos era uma variante do *Sabeismo*¹⁸, com adições extravagantes de objetos e sinais tão confusos quanto bizarros.¹⁹

Esta circunstância, porém, não obstou a que ele ficasse entranhado em nossos costumes, de modo que os descendentes mais diretos da raça negra ainda conservam as práticas desse rito, sem que, de todo, pessoas de outras classes, as abominem, antes as observem, quanto possível, clara ou veladamente.

OS ORIXÁS

Cada invocação fetichista tem o seu orixá que é a representação simbólica do santo.²⁰ Assim se diz: *Orixá de Xangô, de Iemanjá*, etc.

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta,

¹⁷ Mello Moraes e Filho.

¹⁸ Sem estudos etnográficos aprofundados, Manuel Querino avançou afirmações, como esta, que não correspondem à realidade (A. R).

¹⁹ A magia era reservada aos reis e sacerdotes.

²⁰ Os ídolos de pequenas dimensões têm os nomes de *Ochê* ou *Ichê*, conforme a tribo

ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, consequência fatal aos povos em sua infância. Fácil lhe foi aceitar para cada moléstia ou ato da vida um santo protetor, por exemplo: para as moléstias de garganta, S. Braz; casos de *feridas e chagas*, S. Roque; contra o *raio*, S. Bárbara; contra a *peste*, S. Francisco Xavier; contra *bicheira de animais*, S. Marcos; contra *queimaduras*, S. Lourenço; para o casamento, S. Gonçalo. Santo Antonio, então era solicitado a propiciar diversas e numerosas pretensões: dar conta de escravos fugidos, de objetos perdidos, etc. Dest'arte não teve o africano dificuldade em encontrar uma como semelhança entre as divindades do culto católico e os ídolos de seu fetichismo, conforme o poder milagroso de cada um.

Assim é que a Santo Antonio chamou *Ogun*; a S. Jorge, *Oxosse*; à Santa Anna, *Anamburucu*; à Santa Bárbara, *Iansã*; a S. Jeronimo, *Barú*; a S. Bento, *Omoulú*; à N. S. do Rosário, *Iemanjá*; à N. S. da Conceição, *Oxun*; à S. Francisco, *Rôco*, abrandando o som forte da primeira consoante, simbolicamente representado por uma gameleira velha ou figueira brava; e S. Caetano, pela gameleira nova.

Ossonhe é um outro *orixá* e corresponde ao *Caipóra* que só tem uma perna. O africano nutre a mesma crença do indígena, neste particular. “O *Caapóra*, vulgarmente *Caipora*, veste as feições de um índio, anão de estatura, com as armas proporcionadas ao seu tamanho, habita o tronco das árvores carcomidas para onde atrai os meninos que encontra desgarrados nas florestas. Outras vezes divagam sobre um tapir ou governam uma vara de infinitos caititus cavalgando o maior deles. Os vagalumes são os seus batedores, é tão forte o seu condão que o índio que por desgraça o avistasse

era mal sucedido em todos os seus passos. D'aqui vem chamar-se caipora ao homem a quem tudo sai ao réves!"²¹

GUNUCÔ

È a divindade das florestas, quer dizer *fantasma*. Só aparece ou se manifesta uma vez por ano, salvo invocação para consulta prévia.

Suas manifestações provocam receio.

À noite, num bamburral, aumentando e diminuindo de tamanho, ele só aparece aos homens que o recebem com trajos especiais.

Dá consultas, prevê os males futuros e ordena a observação de preceitos contra o que está para acontecer. È santo pertencente á tribo dos - *Tapas* e o *Nagô* dá-lhe o nome de *Orixá-ô-cô*.

Tem a propriedade de não chegar à cabeça das mulheres, isto é, não está sujeito a invocações.

O *arco-íris* é chamado *Oxum-maré*, isto é, *filho d'água*.

Cada invocação possui ainda dois nomes representativos. Assim, se um homem e uma mulher se consagram à Santa Bárbara, anjo da guarda do homem é *Xangô*, o da mulher é *Iansã*, pois que as duas entidades representam S. Bárbara.

As filhas de santo²² são obrigadas a dois traços característicos: um é exigido nos dias festivos da seita, e por isso é conservado em poder da *mãe de santo*;²³ o outro é destinado aos dias de preceito, à sexta-feira de cada semana, embora seja usado

²¹ Gonçalves Dias — *Obras Póstumas*, Vol. VI, pág. 130.

²² *Filha de santo ou feita é a designação que se dá à mulher que, depois de satisfazer as obrigações do rito, tem entrada no grêmio fetichista.*

²³ *Mãe de santo é a mulher que dirige o terreiro.*

em outros dias. Dest'arte, as mulheres fetichistas se tornam entre si conhecidas; e no entanto, essa circunstância passa despercebida às pessoas indiferentes às manifestações exteriores do culto.

Os trajes variam conforme o santo: se a roupa é branca, as *filhas de santo* são obrigadas a trazer contas, pulseiras de búzios e adereços de pescoço da mesma cor; e não lhes é permitido tratar de qualquer negócio tendente ao *orago* sem as vestes da seita, pois cada *encantado* tem o seu emblema característico.

Os dias da semana são assim consagrados aos diversos santos da religião da tribo:

Segunda-feira é de *Omolu*
Terça-feira - *Nanan Buruku*
Quarta-feira - *Iansã e Xangô*
Quinta-feira - *Oxosse e Ogun*
Sexta-feira - *Oxalá*
Sábado - *Iemanjá e Oxum*

A distribuição dos santos pelos dias da semana, acima indicada, não obedece a uma regra geral, por isso que cada tribo o faz a seu modo.

As *pestes* consideradas pelos fetichistas são quatorze: cada um possui o seu santo, a que o povo recorre, e cada santo tem ainda o seu alimento especial para a fatura do Ebó.

Omolu, o santo da *variola* e *Aruarú*, o do sarampão, comem galo, bode e preparados de milho; *Xangô*, come galo e carneiro; *Oxalá*, cabra e pombo; *Ogun*, come carne verde, galo e galinha de Angola. A palavra — *Deus* — entre as diversas tribos tem designação especial: em *nagô* é *Olorún*; em congo — *Zambi*; em *Jeje* — *Niçasse*.

Senhor do Bonfim, em nagô é *Oxalá*; derivado de Och – Alah,²⁴ o que revela ter o Nagô uns laivos do maometismo; em *Jeje – Oulissá*; em Angola- *Casumbecá*; em Tapa – *Indacon de Jegum*.

Senhora Sant'Anna, em nagô é *Nanan Buruku*; e Jeje – Tobossi.

Invariavelmente, o africano, antes de começar o sacrifício de animais, costumava implorar da Providência aprovação do ato que vai praticar. Assim dizia o Nagô: *Cão – cabê em si – Iobá* (Todos os santos que nos ajudem).

O Angola, porém, pronunciava o nome do santo em português, acrescentando a terminação – iombá, exemplo: – Santo Antonio – iombá.

O rei, em nagô tem este título:

Oubá ê quê- d'Orixá. Quer dizer: Companheiro de Deus.

A rainha – *Ouberém Oubá*

O fetichista²⁵ crê que satanás, por ter sido expulso do paraíso, não perdeu de todo o poder que lhe fora outorgado por Deus. Ele acompanha todos os nossos atos, e para evitá-lo é forçoso dar-lhe de comer, pois assim entretido nenhuma interferência perniciosa exerce nos destinos da humanidade.

Nos dias de segunda-feira faz-se o despacho de Exu – (Satanás); consiste em atirar à rua pipocas e farinha com azeite de dendê.

²⁴Contestei esta hipótese no “O Negro Brasileiro”, pág. 32. (A. R).

²⁵Em mais de um lugar empregamos os vocábulos *feiticista e feiticismo*, em lugar de *fetichista e fetichismo* – pois vernáculos são as palavras – *feitiço, feiticeiro, feitiçaria*.

“*Lê mot portugais feitiço (forme savante facticio) s’est introduit dans lê français sous la forme fetiche, et ainsi modifié est revenu dans lê vocabulaire portugais, sans faire aucunement disparaître sa forme antérieure*”. F. Adolpho Coelho – *Formes divergentes de mots potugais* – in *România* – 1873 apud *Notas Lexicológicas por M. de Mello* – Rio 1889.

No dia primeiro de janeiro costumavam dar uma função, para a qual cotizavam-se com antecedência; era a festa chamada de — *a-i-ê*; isto é, festa de todos. O objetivo era cumprimentar o ano novo, augurando felicidades e boa colheita na agricultura.

Caracteres simbólicos de alguns “santos” do fetichismo: *Santa Bárbara* — (*Iansã*): uma espada, a pedra do raio, contas vermelhas à imitação de corais e pulseiras de latão; *S. Jerônimo* — (*Xangô*); lança, pequeno bordão, contas brancas e vermelhas; *Senhor do Bonfim* — (*Oxalá*): cajado com pequenas campas, pulseiras e contas brancas; *S. Jorge* — (*Oxosse*): contas azuis, arco e flecha, bornal, polvarinho, enfim todos os apetrechos venatórios, pois ele é considerado caçador; *S. Bento* — (*Omolu*): lança, pequena vassoura, pulseira, ambas enfeitadas de búzios; *S. Francisco* — (*Rôco*): tecido de palha em redor do tronco de gameleira, tendo por cercadura uma tira de madraço, a que dão o nome de *Oujá*; *N. S. do Rosário* — (*Iemanjá*): espada, contas brancas — conhecidas por — pingos d’água; *N. S. da Conceição* — (*Oxum*): leque, pulseira de latão e uma pequena campá; *N. S. Sant’Anna* — (*Nanan Buruku*): espada, pequena vassoura de palha enfeitada de búzios; *S. Antonio* — (*Ogun*): safra de ferreiro, foice, cavador, pá, enxada, lança, malho, todos estes objetos de ferro, e bem assim as contas pingos d’água e outras verdades.

PEGI

È um como santuário, onde domina o “santo”, e ficando comumente instalado no interior da casa.

O santo é representado por pedras, búzios e fragmentos de ferro, conforme a invocação, e encerrado tudo isso em uma urna de barro da conformação de uma sopeira.

Rodeiam o vaso sagrado quartinhas de tamanhos diversos, pratos, porcelanas, enfeites de penas e de papel.

Num dos dois dias da semana varre-se o santuário, substitui-se a água das quartinhas, renova-se a comida dos pratos. Cada invocação tem sua comida especial: *Omolu* — alimenta-se de *ourô-bô* e *pipocas*; *Xangô* — de caruru, e assim por diante. A esse trabalho chamam — fazer *Ossé*.

Uma vez no ano, o pai ou mãe do terreiro, pois essa função pode ser exercida pelo homem ou pela mulher, é obrigado a dar uma festa, sem embargo de qualquer pessoa iniciada ou *feita*, conforme a gíria da seita, poder festejar o seu santo. No candomblé do Gantois, um dos mais concorridos, observam o seguinte ritual.

O INHAME NOVO

É o tributo de homenagem prestado a *Oxalá*, o santo principal do terreiro. É o início das festas do fetichismo. Na primeira sexta-feira do mês de setembro, *a mãe do terreiro* reúne as *filhas de santo* e se dirigem à fonte mais próxima, com o fim de captarem, muito cedo, a água precisa à lavagem do santo. Finda esta cerimônia, o santo é recolhido ao *Pegi*.

Logo em seguida, sacrificam um caprino, que é cozido juntamente com o inhame, não sendo permitido o azeite de dendê, que é substituído pelo

limo da *Costa*. Retirada do fogo a refeição é distribuída pelas pessoas presentes, que depois se retiram.

Decorridos três soís começam as festas. Entre as cerimônias sobressai a seguinte: a mãe do terreiro, munida de pequeno cipó, bate nas costas das pessoas da seita. É a disciplina do rito e tem o efeito de perdoar as ações más praticadas durante o ano.

A Cascata da Sereia, no Pegi dos Gantois é dedicada a Oxun e está aí representada ao lado esquerdo por uma sereia, assim como os leques que se vêem de um lado e do outro. O navio que se ostenta no alto exprime o cumprimento de uma promessa.

As pequenas bacias cobertas de guardanapos contêm as pedras e o metal amarelo que representam o mistério da santa. São por isso vasos sagrados.

O altor mór do Pegi, é consagrado a — Baiáni — divindade da tribo — *Iorubá*, aí representada pelos três filás — espécie de capacetes ornados de búzios, assentados sobre marroquim de cores diversas, contendo guizos nas extremidades. Cada capacete tem dezesseis correias pendentes e enfeitadas de búzios. Nos dias de festa as *filhas de santo* dançam com filás na cabeça. Do lado esquerdo está a escultura de pequena dimensão: é o símbolo de Santa Bárbara. Do lado direito, sob pequeno cortinado, encontra-se o mistério de Santa.

Dos dois vasos à direita, um contém água, e o outro vinho consagrado à santa, fabricado conforme as precrições do rito.

O santuário de *Omolu*; é separado dos outros e distante da casa do *terreiro*, pois divergem as comidas e aparatos do culto. Na parte superior vêem-se os diversos símbolos do *santo*: um molho de piaçaba ou de fibra de dendezeiro macho, enfeitado

de búzios, contas encrustadas em marroquim e uma cabacinha contendo o mistério, além de duas pequenas lanças de ferro com cabos de madeira. Na parte inferior estão dispostos os vasos sagrados, onde depositam o sangue dos animais sacrificados.

As quartinhas não podem estar vazias, contêm continuamente água, cuja renovação se faz de oito em oito dias.

Por trás do Hospício de S. João de Deus existiu o *Pegi* do candomblezeiro Manuel Xangô, uma casa comum de taipa, e que em toda a extensão do *frontespício* havia, em caracteres salientes, esta inscrição:

“Paó — malú — boxangou — Ilêban Jabalaio — Bamboxê — Biticuó — Obarahi — omoô”. (Casa de oração com indicação dos santos aí venerados).

Julgamos ter sido este o único *Pegi* que apresentava qualquer legenda exterior, e daí a nossa curiosidade em reproduzi-la.

O IFÁ

É uma divindade representada por dois vasos, contendo cada um dezeseis frutos de *dendê* que apresente somente quatro olhos ou sinais de orifício. Para *olhar* com o *ifá* encerram-se os frutos nas mãos, que se sacodem de um lado para outro. À proporção que os *ifás* caem, um a um, o *olhador* vai predizendo o que há de acontecer.

E assim, satisfaz a consulta que lhe é feita, mediante pequena soma pecuniária.

OLHAR OU ADIVINHAR

É consultar os destinos da vida.

O vidente que também se chama — *Babalaô*, prevê o que está para suceder, e esta só circunstância cria-lhe grande clientela, até mesmo entre pessoas qualificadas.

Realmente não deixa de ser interessante conhecer alguém as surpresas que lhe reserva o destino ou a fortuna.

Consultado o *olhador* ou *vidente* e, ao proferir este a resposta que se pretende, impõe ele certas obrigações a que o consulente não pode faltar, sob pena de ser vítima de qualquer acidente ou desgraça, a que não é estranho o santo invocado.

Em África, o *rei* ou *sova* não saía à rua sem que primeiro o vidente fosse ouvido e desse sua opinião, que seria respeitada, e como responsável pelo que pudesse acontecer, seguia à frente da comitiva real.

Era esta a saudação do rei, quando saía à rua para assistir a qualquer festividade pública:

Iá, irê, yá ú laxê

Irê tá a ui, eberi coman

Oubá êquê d'orixá, oubá tôtô.

(Nossos louvores, nem todos conhecem. E por isso, não sabem o que pedimos a Deus. Viva o rei; acima do rei só Deus).

A saudação era acompanhada de instrumentos que executavam a composição que segue:²⁶

²⁶Apesar da incorreção das notações musicais, este clichê e os de págs.

108-109, vão reproduzidos do trabalho original do Autor, nos Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia (A. R).



Os instrumentos do *olhador* são: *Obi*, *ourô-bô*, *pimenta da Costa* e o *opélé-ifá*, espécie de rosário, cujos padre-nossos são representados por caroços de manga, em pequenas rodas.

Às vezes contém dezesseis moedas de prata. Às mulheres só é permitido *olhar* com búzios.

Adivinhador — *Olhador*, *Babalaô* são designações aplicadas aos indivíduos que têm o privilégio de prever o futuro e descobrir também os maléfícios praticados por outrem.

Curandeiro — é o indivíduo que pratica a medicina, prepara drogas e medicamentos, sem outra intenção que não seja benfazeja.

Candomblezeiro — é um sacerdote do rito *fetichista*: sua missão é preparar postulantes para receber o santo, e dirigir os atos da cerimônia litúrgica. O *Feiticeiro* pode acumular as funções de *olhador*; mas, todo o seu trabalho consiste em causar dano a outrem: é o malfeitor da seita. Se o indivíduo procura fazer mal a alguém e é atingido pelo mesmo mal, costumam os feiticeiros explicar o caso do modo seguinte: “Quem não tem motivos para fazer a desgraça do seu semelhante, o feitiço procura seu destino e, não encontrando a pessoa designada, nem objeto de seu uso, recai inteiro sobre o interessado e aí produz o efeito”.

É o caso do feitiço contra o feiticeiro.

A FESTA DA MÃE D'ÁGUA

O africano é espírita de natureza²⁷ e, como tal, provoca invocações.

É crença geral, entre eles, que no fundo do mar e dos rios existe uma divindade que exerce influência direta em todos os atos da nossa vida. Em lugar retirado, a pessoa que pretende algum benefício, encaminha-se para beira-mar e aí bate palmas três vezes e diz: “Mãe d’água, se me ajudares a ser feliz em tal negócio, eu vos dou um presente”. Satisfeita que seja a prece votiva, a pessoa volta ao lugar com o presente, que se compõe de pentes para cabelo, sabonetes, favas brancas, frascos de perfumes, fitas e um leque. Nessa ocasião a pessoa beneficiada, em companhia de diversas outras, inclusive uma espécie de medium espírita, que se dirige àquela divindade entoando rezas adequadas, provoca a presença da *mãe d’água*.

Introduz-se no elemento líquido e encaminha-se para o ponto de encontro, onde as águas formam uma espécie de redemoinho, e aí joga o presente. Faz-se também mister que o portador do mimo mergulhe e vá deitá-lo ao fundo. De volta à tona presume-se que a mãe d’água se lhe encarna, e, em nome desta, agradece a oferta. Isto feito retiram-se todos para a casa de onde saiu o presente, e aí dão começo à função, constante de danças, comidas e louvores.

²⁷ É uma afirmação que não pode ser generalizada. As práticas espíritas negro-brasileiras foram resultantes de um sincretismo secundário. (A. R).

Outras vezes, quem precisa de algum benefício da deusa dirige-se à margem do rio, e aí implora os benefícios da *mãe d'água*.

À noite ela aparece em sonho e ordena o que convém fazer.

É crença entre os pescadores de *xaréu* que, no ano em que não fizeram oblações à *mãe d'água*, a colheita do popular pescado será insignificante, e as redes se partirão.

Mas, levados que fossem os presentes da se-reia, haveria certamente abundância de peixes e não se registraria o mais leve acidente.

“A *mãe d'água*, graciosa criação de fantasia intertropical, habita o fundo dos rios, bela, cheia de atrativos, de encantos, de seduções irresistíveis simboliza o amor que têm à *água* os habitantes dos climas ardentes”.

“A *mãe d'água* será talvez de origem africana, sendo presumível não ser dos índios, em cujo idioma não encontramos termos para a exprimir”.²⁸

O indígena do Amazonas pensava do mesmo modo. “A decadência da arte entre os naturais do Amazonas foi grande, mas ainda a crença nos animais e plantas protetoras não se extinguiu. Ainda há quem leve algum pé de *Taiá* na proa de sua montaria, para ser feliz na pesca, como vi”.²⁹

As *mães d'água* são três: *Nanan Buruku*, a mais velha, *Iemanjá*, e *Oxum*, a mais moça. Habitam os lagos, mares e rios. Há ainda outro meio mais simples de presentear a *mãe d'água*, independente de promessa, como lembrança ou mesmo reco-

²⁸ Gonçalves Dias — *Op. Cit.* — Vol. VI — *pág. 130.*

²⁹ Barbosa Rodrigues — *O Miyrakitã* — 1889 — *pág. 130.*

mendação para benefícios futuros. Um pequeno saveiro de papelão, armado de velas e outros utensílios de náutica era lançado ao mar, conduzindo como dádiva à mãe d'água, figuras ou bonecos de pano, milho cozido, inhame com azeite de dendê, uma caneta e pena, e pequenos frascos de perfumaria.

De volta à casa de onde partiu o presente, as pessoas que tomaram parte na comitiva ajoelham-se, proferem algumas palavras cabalísticas e tocam a cabeça no solo, como é do ritual.

DAR COMIDA À CABEÇA

Tem por objetivo esta prática satisfazer a um preceito de saúde. Antes de tudo, invoca-se o santo da pessoa para designar quem deva encarregar-se dessa função; pois nem todos têm permissão de deitar a mão na cabeça de outrem. Há pessoas privilegiadas para esse exercício, contanto que se mostrem *entendidas*, estejam de *espírito limpo* e previamente tenham sido indicadas pelo adivinhador.

Por processos diversos pode-se levar a efeito esta cerimônia com o emprego do *obi* e água fria captada no mesmo dia. Na ocasião aprazada, estende-se no chão uma esteira, que é forrada de roupas brancas. A pessoa que vai *dar comida à cabeça*, depois de uma ablução geral, veste-se de branco trazendo nos ombros uma toalha ou lençol.

De pés descalços senta-se na cadeira tendo as costas voltadas para a rua. Em seguida, sobre uma mesa coloca-se uma quartinha com água, um

³⁰Obi é uma pequena fruta da África, indispensável nos negócios fetichistas.

copo, um prato com *obis*.³⁰ Aproxima-se então o executor da cerimônia, homem ou mulher, umedece os dedos da mão direita n'água da quartinha, bate três vezes na mão esquerda fechada e diz: *Ouri-apêrê* — isto é, “a cabeça da iniciante ajude a todos”; e descansa a mão direita na cabeça da iniciante, o que equivale a invocar o anjo da guarda.

Depois, o oficiante eleva o prato dos *obi* à altura da fronte, num gesto de oferenda, profere algumas palavras no sentido de ser satisfeito ao pedido.

Parte um *obi*, fecha-o nas mãos, faz uma invocação, e ato contínuo atira-o ao chão. Em conformidade com a posição que tomam os fragmentos do fruto, dá-se a interpretação de pedido, podendo também significar uma circunstância alheia ao ato.

Por exemplo: caindo três fragmentos do *obi* voltados para cima e um para baixo, não está bem encaminhado o negócio. Recomeça-se a operação: se caírem dois fragmentos voltados para cima, e outros tantos voltados para baixo ou todos quatro pra cima, é sinal certo de que a oferta foi bem recebida. Para esta cerimônia só se empregam *obi* de quatro olhos, pois os de cinco ou seis, não produzem o efeito que se pretende. O executor da cerimônia tritura, em seguida, na boca um pedaço de *obis*; segura a cabeça da iniciante com ambas as mãos, aconchega-a aos lábios, faz o pedido e expelle os fragmentos do fruto.

Depois, come parte do *obi*, bebe um pouco d'água e divide o restante com as pessoas presentes. Ato contínuo, apresenta-se uma mulher, que faz entrega de alguma aves, como sejam: pombos, galinhas, ditas de Angola, e um *catassol* ou caramujo, recebendo a espórtula desse serviço. Nessa

ocasião o mestre da cerimônia canta uns salmos especiais, toca as aves no corpo dos assistentes, e, depois faz o mesmo à pessoa que dá comida à cabeça, a qual então, diz em segredo, ao ouvido de uma das aves, o que pretende. Isto feito, as entrega para o sacrifício, à exceção do *catassol* que, depois de partido, é colocado à cabeça da iniciante.

Os assistentes molham os dedos n'água da quartinha e passam na cabeça.

Concluída a matança das aves, catam-se-lhes as penas mais finas e delicadas e as colocam úmidas do sangue do sacrifício, na fronte da iniciada. Parte-se novamente um *obi* a fim de verificar-se a aceitação do sacrifício; e, diante do resultado positivo, preparam-se as comidas, enquanto o celebrante, fora do lugar, chama três vezes pela iniciada, a qual no último chamamento é que responde, levantando-se imediatamente.³¹

Preparada a comida, a que se ajuntam *acaçás*, *angu de inhame com azeite de dendê*, *acarajés* e *efó*, retira-se a comida da cabeça em primeiro lugar, e coloca-se em vaso especial.

Em seguida, a parte pertencente a quem está dando *comida à cabeça*; sendo a parte restante distribuída entre os assistentes. Das bebidas alcoólicas só o vinho é permitido.

Terminada a refeição, cantam, dançam em regozijo do bom acolhimento que obtiveram, por parte do santo ou espírito protetor, e dá-se por terminada a cerimônia. Conforme a resposta obtida,

³¹ Nas cerimônias consagradas a Nanan Buruku os animais não são sacrificados, à faca, mas por outro processo: são amarrados, os olhos vendados com uma folha de taioba e atirados no chão, as pessoas presentes cantam, dançam até que o animal desfaleça, sem que se lhe toque. Não podemos admitir o envenenamento prévio, porque do animal preparado ao fogo, todos comem.

ao partir-se de novo o *obi*, a pessoa que deu *comida à cabeça* pode sair à rua no dia imediato ou não; na hipótese desfavorável, lhe é vedada a saída de casa durante três dias, é a noite durante oito dias.

FAZER SANTO

Este ato significa o mesmo que fazer profissão de fé, nos preceitos do fetichismo. A primeira cerimônia é a de *dar comida à cabeça*, como já vimos; e depois, em determinado dia, é que se reúne o pessoal a tomar parte da solenidade que vamos descrever.

O *Pegi* é armado e enfeitado a capricho, em louvor do gênio protetor, espécie de anjo da guarda da noviça.³²

Três olhadores invocam o *ifá* para conhecer qual o santo que deve presidir aos destinos da iniciada.

Isso feito, o resultado comunica-se exclusivamente ao pai do terreiro.

Só as pessoas iniciadas no ritual é permitido assistir ao cerimonial fetichista. No dia da iniciação as pessoas que fazem parte do cerimonial, se dirigem ao lugar preferido que, de ordinário, é uma roça ou sítio retirado, e, aí, a neófita submete-se a um banho aromático, ao *ar livre*, de folhas de an-

³²A expressão *Anjo da Guarda* — quer dizer — o guia protetor de cada pessoa. A mulher grávida, dizem eles, não deve acompanhar cortejo fúnebre, para que a alma do extinto não encarne na criança. O homem pode ter como anjo da guarda, uma santa; e uma mulher, um santo, conforme a designação que traga. Ainda ocorre o fato de um indivíduo ter por protetor uma divindade, e outra apossar-se dele e reger-lhe os destinos. Também acontece que a criança que nasce no período dos festejos de um santo é este tomado por protetor do recém-nascido.

temão escolhidas, contadas e colocadas em grande vaso de barro, pertencente ao santo.

Acabada a ablução, a roupa que trazia, aí fica para se guardar, com a condição de não ser mais restituída.

A seguir, recolhe-se a neófita à *camarinha*, que é um grande quarto ou sala espaçosa. Às três horas da tarde de determinado dia, os atabaques dão sinal de que há cerimônia no *Pegi*. A mãe do terreiro, revestida das insígnias do ritual e escoltada por dois *Ogãs* confirmados, e com os seus aventais respectivos, dá começo á cerimônia.

Todos os presentes cantam uníssonos. É a invocação. Sacrificam-se *cágados*, *galinhas*, *pombos*, *galinhas de Angola*, etc. Surge a neófita que na hipótese é mulher, com o cabelo apenas tosquiado e então umedecem-lhe a cabeça com o sangue dos animais mortos, com penas de aves, formando uma pasta. Continua os cânticos e os atabaques soam.

A iniciante, em dado momento, levanta-se; estende a perna direita sobre um cordeiro, na posição de quem vai montá-lo; e finalmente, é este animal entregue ao — *Achôgun*, o *ôgan sacrificador*, que, executado o trabalho, entrega a cabeça do animal à mãe do terreiro. Esta coloca uma faca, em cruz, sobre a parte golpeada, operação que é repetida pelos dois auxiliares. As pessoas que assistem ao ato não sendo dignidades do rito, conservam-se de joelhos, tocando a cabeça no solo durante todo o trabalho. Isso feito, a neófita volta à *camarinha* e aí, assentada a um cepo, lhe rapam todo o cabelo da cabeça, operação a que se segue o banho, que é assim preparado: uma pessoa entendida, e de con-

fiança, que esteja *limpa de corpo*, se dirige ao local levando *obi* e pimenta da Costa na boca, mastiga-os e assim triturados, atira-os sobre a vegetação do campo; depois, dança, canta e coloca no chão qualquer quantia em dinheiro.

Em seguida, procede à colheita das ervas preciosas, que são de vinte e uma espécies diferentes; e o banho há de conter dezeseis folhas de cada qualidade. Acontece, às vezes, que esta porção não é suficiente para o efeito desejado; neste caso, aumenta-se a quantidade de folhas até que produza resultado. Concluído o banho, a iniciante fica privada de qualquer ação consciente, ignorando dali por diante tudo quanto se lhe passa em torno.

Imediatamente, faz-se-lhe o *Efum*, isto é, pinta-se-lhe a cabeça, descrevendo círculos concêntricos com as cores: branca, azul e vermelha; e com as mesmas tintas se lhe desenhavam no rosto os sinais característicos do santo.

É esta operação que produz o fenômeno da entrada do *santo* no corpo da professanda. Algumas das folhas empregadas nesse mister são de ação tão enérgica, que as pessoas incubidas de moê-las entre as mãos metidas em vasilha d'água, têm que friccionar a estas com o limo da Costa, substância gordurosa, a fim de extinguir a sensação de ardência produzida por aquela operação.

Ainda de referência às folhas empregadas nos banhos, temos que acrescentar: uma delas produz visões no cérebro, e, tomada como medicamento, predispõe ao gosto pelas bebidas alcoólicas; outra que os africanos fumam depois de seca, desprende um aroma ligeiramente agradá-

vel;³³ e, ainda uma outra que, ao que parece, contém — *iodo e morfina*.

À medida que sol vai declinando para o oca-so, lavam a cabeça da noviça, para o fim de extinguir os sinais feitos à tinta.

A camarinha é uma tenda, onde a mulher aprende as obrigações que tem a desempenhar, com respeito às funções em que vai ser investida.

Às cinco horas da manhã levanta-se, faz ablução e bebe de uma água preparada com folhas consagradas ao santo da guarda da iniciada. No período de três, quatro ou seis meses, a noviça aí permanece internada, podendo, apenas, passear em torno da casa.

A tribo dos *Jejes*, porém, conserva a noviça, um ano de *camarinha*.

Conhecedora das obrigações indispensáveis à seita, a que se vai devotar, já iniciada, enfim, segue-se nova cerimônia: faz-se na cabeça da mulher uma cruz com o sangue de aves ou animais sacrificados no momento; depois derrama-se aí, mais um pouco de sangue de pombos, patos, galinhas, cágados, etc. Todas as despesas correm por conta da iniciante ou de alguém por ela. Ao período da iniciação sucede grande função porque, em regra,

³³Esta planta que no Rio de Janeiro tem o nome de Pango, em Alagoas chamam-na — Maconha e na Bahia, Macumba. Por uma postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1830 fora proibido o seu uso. O vendedor pagaria 20\$000 de multa, e o escravo que a usasse seria condenado a 3 dias de cadeia.

Em 1915 o Dr. J. R. da Costa Doria apresentou ao Congresso Científico da América do Norte uma memória sobre esta planta, reconhecendo nela a qualidade afrodisíaca. (M.Q). O trabalho do Professor Doria tem o título “Os fumantes de maconha: efeitos e males do vício”; foi apresentado ao 2º Congresso Científico Pan-Americano, reunido em Washington, a 27 de Dezembro de 1925, e publicado na Bahia, Imprensa Oficial, 1916. Nunca ouvi, na Bahia, a denominação de Macumba para Diamba ou Maconha. (A .R).

o africano só experimenta verdadeiro regozijo, dançando e comendo. Essa festa é denominada - *Dia de dar o nome*. Depois do banho aromático, e verificado que todas as abluções foram feitas com água fria, dão começo à cerimônia.

Os olhadores invocam *o santo* que, atingindo à cabeça da noviça, faz com que ela declare o anjo da guarda que deve presidir aos seus destinos. Nesse momento, a iniciada é considerada *feita*, isto é, entra na posse das obrigações, já faz parte da seita.

Agora trata-se de pagar um tributo ao *pai* ou *mãe* do terreiro.

Para isso, a mulher sai acompanhada de outras pessoas que ostentam sinais, contas, amuletos e trajes simbólicos do santo, conduzindo grande cuia para angariar donativos de toda a espécie, inclusive dinheiro, entre as pessoas entendidas no ritual.

O produto da arrecadação é dividido com o pai de terreiro.

Segue-se a *compra*. Em que dia previamente combinado arma-se uma quitanda bem sortida de frutas, carne, peixe, hortaliças, utensílios de uso doméstico, como ferro de engomar, gamela, lenha, carvão, etc.

Aí faz ela exercícios inerentes à vida doméstica; para se for atingida pela desventura, não haver proibição da parte do ritual.

O pretendente à compra da filha de *santo* apresenta-se ao pai do *terreiro* e manifesta a sua intenção.

Ciente da preferência, retribui imediatamente a graça concedida com a importância de vinte, trinta, cinquenta mil réis, conforme o ajuste.

O comprador só pode ser um homem aceito pela mulher, e quase sempre é quem faz as despesas de iniciação, durante o tempo que a noviça se conservou na *camarinha*.

No caso contrário, ela se compra a si mesma, para não ficar dependente. Efetuada a compra, nova função se realiza; vão todos à igreja do Senhor do Bonfim, e na volta visitam as pessoas conhecidas. Por último vão entregar a mulher ao comprador. Este ato é assinalado por lauta mesa, brindes, danças, muita alegria, e, afinal, retiram-se todos, ficando *I-a-ô* em seu aposento. A compra obriga a mulher a viver com o comprador, só lhe sendo permitido retirar-se daquela companhia, por consentimento deste ou em caso de maus tratos. Nesta hipótese reúne-se um conselho deliberativo. A mulher *feita* tem *mãe de santo* que lhe observa os preceitos a cumprir, dirigindo-lhe as cerimônias, e bem assim outra pessoa, como auxiliar daquela, e que tem o nome de *Jibonan*. A cerimônia do banho é uma formalidade para justificar a crença no fenômeno da entrada do *santo* no corpo da noviça.

Nada existe de sobrenatural.

A auto-sugestão adquirida nas práticas da *camarinha*, as bebidas e os banhos aromáticos de ervas narcóticas e de efeitos outros condizentes às necessidades rituais, atuando sobre o organismo, tudo isso contribui para a formação da crença na existência de um espírito que encarna no corpo da noviça, com poderes para dirigí-la.

Quando o pai do terreiro diz que *o santo está bravo* e por isso se faz mister a imolação de novas vítimas, é porque não entrou na composição

do banho a quantidade precisa de folhas, ou então o organismo da noviça é mais exigente e poderoso.

Há pessoas que, apesar de pertencerem à seita, todavia não se querem prestar a dançar e a cantar de público, na ocasião em que o santo chega inesperadamente.

Nesse caso, evita-se a manifestação, não completando o trabalho; restringe-se a cerimônia com a supressão da rapagem da cabeça, e não se espargindo sobre ela o *efún*.

Rara é a classe ou agremiação em que se não insinue uma especulação. Em matéria de crença religiosa, o fetichismo é severamente desconfiado. Para verificar a intrusão de uma mulher que se apresenta como *feita* ou se está possuída do *santo*, convidam-na a colocar as mãos numa vasilha contendo azeite de palma a ferver; e bem assim, açoitar o pescoço e os braços com um ramo de cansanção. As mulheres *feitas* em Santa Bárbara, introduzem na boca pavios de algodão acesos, depois de embebidos em azeite de dendê e não experimentam o mais leve acidente.

Do mesmo modo, as filhas de Ogun internam-se na floresta próxima e dali trazem ofídios em torno do pescoço, com que dançam à toada dos cânticos fetichistas e depois soltam-nos sem que sejam vítimas das venenosas presas.

As pessoas que duvidam do poder sobrenatural do *santo* são castigadas do seguinte modo: com os joelhos em terra, cavam o chão com as unhas, açoitam-se com o arbusto denominado cansanção, ou mastigam folhas de urtiga.

QUIZILA

É a antipatia superticiosa que os africanos nutrem por certos alimentos e determinadas ações. De acordo com as prescrições do ritual, as mulheres ainda observam o seguinte: Umas podem comer abóbora, taioba, peixe de pele, e outras não; a ninguém é permitido passar com uma vela acesa, lanterna, candeeiro ou coisa igual, por trás delas; não ingerem restos de comida; não bebem álcool, não vestem roupas que lhes não pertençam; não acompanham cortejo fúnebre; não visitam doentes; não podem ir a festejos sem prévio convite; não podem ser acordadas violentamente, nem acodem a chamamento sem saber de quem.

Essas prescrições variam conforme o anjo da guarda de cada pessoa, e assim umas as observam na íntegra e outras só em parte.

Havendo discórdia entre duas filhas de santo, a mãe ou pai do terreiro emprega os meios de congraçá-las. Não o conseguindo, lança mão do seguinte recurso, para infundir-lhes terror: manda vir o santo de cada uma delas e lava-os.

Imediatamente determina que prestem juramento de harmonizar-se. Isto feito, cada mulher bebe a água do santo da outra, resultando daí, se continuarem as desavenças, a que quebrar a promessa será castigada pelo santo, isto é, morrerá.

As mulheres feitas, por circunstância imprevista, podem deixar de comparecer ao terreiro de que fazem parte, contanto que festejem o santo,

na própria residência. No templo próprio, armam o *Pegi* e dão começo às *obrigações* com a cerimônia de *Dar comida à cabeça*. Os festejos duram quinze dias, e para *assisti-los* são convidadas as pessoas entendidas, particularmente as dignidades do rito.

Em meio do festejo, o *santo* chegará a cabeça da promotora da função e de outras pessoas. Os vestuários obedecem à doutrina do *santo* celebrado. As roupas um pouco folgadas são entrelaçadas de toalhas estreitas com franjas bordadas, nas extremidades, de sorte que não se percebam as formas plásticas das mulheres.

O movimento nas danças é assaz interessante pela obediência rigorosa do corpo à cadência dos instrumentos. Cada *santo* é celebrado com versículos, música e gesticulação especial, durante as danças. Convém observar que o movimento coreográfico das mulheres e dos homens difere extremamente.

CAIR NO SANTO

Para o fetichista, africano, o *cair no santo* é um estado psicológico especial. O espírito, necessitando de um veículo para suas manifestações, apodera-se da mulher para esse fim. A pessoa atingida mostra-se logo inquieta, abandona suas ocupações, e forçada dirige-se instintivamente ao candomblé mais próximo e aí apresenta-se com alvoroço, a cantar e a dançar, como se entendida fosse nos mistérios do rito.

Depois, cai exausta e é levantada por pessoas conhecedoras dos preceitos e conduzida à *camarinha*, a fim de que os interessados concorram com as despesas indispensáveis às

obrigações que vão ser iniciadas. Tanto quanto nos permite a penetração nesses segredos, essa exaltação de sentidos é o resultado de uma ideia fixa determinada pela conversação sobre a espécie com pessoas entendidas, ou por ter assistido aos atos fetichistas; tudo isso a influir no temperamento nervoso, auxiliado pelo histerismo, desde que esse fenômeno é peculiar ao sexo feminino, sempre impressionável. Ainda assim os exemplos são raríssimos.³⁴

A vítima só recupera a integridade de suas faculdades, ao cabo de algumas horas, mostrando-se ignorante de tudo quanto ocorreu durante aquele estado anormal.

Seguem-se os preparativos da iniciação nos preceitos do rito.

DESPACHAR O SANTO

Ao falecer uma mulher feita, na ocasião de sair o cortejo fúnebre, o santo que não pode estar sem *cavalo*³⁵ toma imediatamente um outro. A mulher preferida pelo *santo* tem, no momento, uma crise nervosa, cai repentinamente e debate-se com furor. Ato contínuo, uma pessoa entendida imerge uma das mãos n'água, e asperge os ouvidos da vítima e esta levanta-se: está despachado o santo ou encantado.

Noutros casos, para que o *santo* se retire do corpo em que se encarnou, o processo a seguir

³⁴Para o estudo científico do "estado de santo", vide Nina Rodrigues, *O animismo fetichista dos negros baianos*, cap. III e o capítulo VIII de "O Negro Brasileiro". (A. R.).

³⁵A expressão é a técnica entre os africanos.

é como passamos a descrever. Quem está com o *santo* abraça os assistentes, dá conselhos, improvisa cantigas, previne o mal que está para suceder, aperta as mãos de todos, e corteja-os conforme a hierarquia de cada um. Em seguida deita-se, cobrem-no com um lençol e depois de breve descanso, dá três gemidos com intervalos. Quem está encarregado do despacho molha a mão direita n'água fria e toca-a na testa, nos seios, na nuca e nos pés da vítima. Depois, levantando o lençol, sacode-o e chama pelo santo.

Nesse momento, o *cavalo do santo* levanta-se estonteado, com indícios de que tem a cabeça atordoada; dencança por alguns instantes, e está despachado o *santo*. Durante os dias em que a mulher está com o santo, não come, não dorme; e se beber água despacha-o forçosamente, o que não é permitido. O ato de *despachar o santo* é um momento melindroso; é mister muita vigilância para não suceder que pessoas de má índole aproveitem a ocasião para dar comida ou bebida *contraria ao anjo da guarda* da pessoa, sob pena de fazê-la perder a fala por algum tempo, ter a cabeça sem governo e dar-se ao abuso de bebidas alcoólicas. A *embriaguez*, neste caso, é produzida por uma planta medicinal que, propinada em dose excessiva, ocasiona esse vício, que o africano tanto condena.

A PEDRA DE SANTA BÁRBARA

A pedra *nefrita* ou faca indígena que o índio tem como talismã, e por isso é respeitada pelas virtudes imaginárias de um amuleto, o africano de-

nomina *Pedra de Santa Bárbara*, e acredita que ela se desprende da atmosfera em ocasião de tempestade.

E nessa presunção prepara medicamentos para beneficiar o organismo humano: toma da folha de certos arbustos que só ele conhece, corta-as com a dita pedra, coloca-as em uma vasilha com gema de ovo, e depois envolve nessa mistura aquele instrumento indígena.

Durante essa operação o africano entoia uma oração no dialeto em que se exprime, a qual dá o nome de *Êtú-tú*.

Assim preparada a droga, apresenta esta todas as virtudes milagrosas, e a qualquer doente é aplicada do seguinte modo: o indivíduo despe-se tendo os braços voltados para trás, inclina o tronco para a frente, na atitude de quem vai apanhar o remédio com a boca, e nessa ocasião o operador aproxima a droga dos lábios do enfermo que a ingere. O *malê* também dá o mesmo valor miraculoso à pedra *nefrita*, como medicamento, com a diferença de que basta colocá-la sobre o remédio, por determinado tempo para que a droga participe logo de toda ação curativa. É crença entre os africanos e indígenas que, por ocasião de tempestade, a *pedra de Santa Bárbara*, caindo das nuvens introduz-se no subsolo até a profundidade de sete braças e só ao cabo de sete anos é que volta à superfície, e nessa ocasião só a pode encontrar pessoa privilegiada.

LAVAGEM DAS CONTAS

Pessoa que se julgue perseguida em seus negócios ou acometida de sonhos maus, ou de constante enfermidade, consulta, de ordinário, a um *olhador*.

Este, depois de ouvir ao oráculo, declara que o *encantado* ou o santo da consulente que lhe coube por herança materna ou paterna, razão por que a persegue, exige o cumprimento de certas obrigações. Depois de tudo combinado procede-se desta forma:

A pessoa encarregada da missão de posse das contas correspondentes ao santo indicado, imerge-as numa bacia nova, com água; em seguida, lança mão de folhas consagradas ao santo e tritura-as entre as mãos; isto feito, procede à lavagem das contas com sabão da Costa. As contas assim purificadas são entregues à possuidora, que as deve conservar numa vasilha de barro, e de vez em quando, trazê-las ao pescoço. O ato é festejado com cantorias e refeições opíparas. Dessa data em diante a pessoa, cujas contas foram lavadas, está isenta de perseguições, fica bem de saúde, livre de adversidade e de ser arrebatada pela mãe d'água.

A lavagem das contas é preceito obrigado para quem não quer *dar comida à cabeça* ou *fazer santo*.

ATROCA DA CABEÇA

Há diversos processos: um deles é fazer um *despacho* constante de um pedaço de madraço novo, representando uma mortalha, com o propósito de transmitir a moléstia ou a infelicidade de uma pessoa para uma outra; e esta será atingida se pisar ou tocar no *ebó*, atirado em lugar conveniente. Quando, com a troca da cabeça, não se pretende fazer mal a outrem, o *ebó* é colocado no cemitério.

Se o portador, por ignorância ou maldade não o deixar no lugar designado, e sim em outro diverso, quem tocá-lo será atingido.

Conhece-se ainda este outro processo: tomam de um animal, preparam-no com o *ebó* e soltam-no ou o amarram em qualquer parte. Quem apanhá-lo terá que ficar com a moléstia ou com a desventura. Uma mulher estando com o *santo* ou o *encantado* tem atribuições para trocar cabeças. Tomando de um galo, galinha ou pombo fricciona com ele o corpo da pessoa a quem quer beneficiar, e, finda essa operação, a ave estará morta, pois, no ato fora atingida pelo mal que estava prestes a prejudicar a vítima do malefício.

DESPACHO

É a designação técnica de um dos atos mais vulgares do fetichismo. Compreende o *Ebó* e o *Feitiço*.

DO EBO

Despachar *ebó* é dar cumprimento a uma promessa. O *ebó* consiste em um vaso de barro, contendo retalhos de madraço novo, *pipocas*, *acarájés*, *abereus*, *acassás*, *galinha*, farinha com *azeite de dendê*, *obi*, *ourobôs*, dinheiro em prata ou cobre, e, algumas vezes, um bode ou carneiro morto, trapos de fazenda vistosa, fragmentos do vestuário da pessoa beneficiada, depois de passá-los pelo corpo, se se trata da retirada de moléstia.

Isto feito, é o *ebó* deixado numa encruzilhada, lugar onde duas ruas fazem ângulo.

Quando se pretende ou se trata de afastar o inimigo, atiram-se pipocas à rua; se porventura se borrija de água a porta principal de qualquer habitação, cumpre-se uma promessa, impe-

trando bom êxito em qualquer negócio. Para se desfazer de um mau vizinho ou impelir alguém à desventura é bastante abandonar, em lugar distante, um embrulho com farinha e azeite, e invocar, no momento, o nome da pessoa a quem se quer produzir qualquer dano moral. Igualmente, para esse efeito costumam enterrar na porta de entrada, no quintal ou mesmo no interior da casa, pequena bolsa de couro, contendo pele de sapo e amuletos.

Estes *despachos* se fazem às segundas-feiras, de noite. Os troncos de gameleira ou cajazeira, *Roco* ou *Lôco*, depois de *batizados*, constituem objeto de veneração dos fetichistas. Invariavelmente, o africano, antes de começar qualquer ato de sua seita, cumpre duas obrigações: toma de um pouco de comida e, evitando olhares profanos, vai deitá-lo em lugar deserto, pois constitui a parte destinada ao inimigo, *Exu*, para que não vá ele perturbar a função; consiste a outra obrigação no despacho do benefício votado ao espírito dos mortos que não podem participar dos folguedos dos vivos.

Esta cerimônia é assim praticada: logo que os atabaques dão sinal da função tomam todos os seus lugares; e no meio do terreiro aparece a dona de casa em companhia de diversas pessoas da seita, trazendo nas mãos grande cuia cheia de iguarias e coloca-a no chão. Ao som de cantorias e danças, em honra a *mãe pequena* — autoridade imediata à *mãe do terreiro*, depõe em outra cuia menor, fragmentos ou pequena porção de comida retirada da primeira cuia e afasta-se a cantar e a dançar, com grande acompanhamento, e assim vai colocá-la em lugar deserto, não muito distante. Isto posto, tem começo a função.

FAZER FEITIÇO

É o processo para arruinar a outrem, e diversos são os meios de que se servem os feiticeiros. Há feitiço direto e feitiço indireto. O primeiro consiste na aplicação de ervas ou substâncias venenosas à comida ou à bebida; o segundo é feito por encantação. Apanha-se o rasto do indivíduo, a roupa, o caçaldo e os atiram à maré de vasante ou de enchente, e então fazem crer que o organismo da vítima se subordina ao fluxo ou refluxo do mar.

Aplicam ainda ervas venenosas reduzidas a pó e misturam o cabelo da vítima com certas folhas para o efeito desejado. O feitiço tem por fim causar a morte, aleijar, aborrecer a quem se estima, tirar a uso da razão, entregar a vítima ao vício da *embriaguez*, etc.

Feiticeiros há que se servem de *répteis* e insetos, como sejam a *cobra*, o *lacrau*, o *sapo* e também de vermes asquerosos. Nas práticas de feitiçaria é empregado com sucesso o *sapo* vulgarmente conhecido por *Cururu* ou o sapo *boi*, cujo poder de atração ocular é atestado pelos sertanejos. Para que uma mulher conservasse sob o jugo de sua vontade ao homem a que se ligara, e este lhe obedecesse cegamente, bastaria deixar debaixo do leito uma panela virada, contendo um daqueles *répteis*, alimentado com leite de vaca.

Ao sapo era atribuído este outro poder magnético: a mulher podia ser infiel ao companheiro, sem que este nunca suspeitasse. Tomando de uma agulha enfiada em *retrós* verde, a mulher fazia com ela uma cruz no rosto do indivíduo ador-

mecido e depois *cosia* os olhos do sapo. Esta última operação ainda era praticada quando se pretendia atirar sobre alguém toda a sorte de desgraças e desventuras. Em outras ocasiões preferia-se coser a boca do sapo depois de enchê-la com os restos de comida deixada pela vítima. Há folhas, dizem eles, que produzem toda a sorte de infelicidades. Algumas manifestam ação tão violenta que produzem tonturas, apenas trituradas entre as mãos. Rocha Pitta, em sua *História da América Portuguesa*, relatando as espécies até então conhecidas da flora brasileira, escreveu: “... os *mil homens*, para mil enfermidades e outras para várias queixas ou tomadas em potagens ou postas como remédios tópicos. Há também *erva de rato* para matar e *tanharom* para atrair; outras libidinosas que provocam a lascívia, das quais é mais conveniente ocultar a notícia e calar os nomes”. Daqui se vê que o africano encontrou no Brasil as folhas indispensáveis às suas feitiçarias. Um caranguejo preparado com três ou sete pimentas da Costa, atirado ao solo, promove alteração ou desarranjos no lar doméstico.

Qualquer pessoa, indiferente aos negócios da seita, pode conduzir o *ebó* ao seu destino. Com o feitiço o caso é diverso: para alguém se incumbir desse diligência, necessário se faz ser entendido na matéria, a fim de que, na ocasião de colocar o feitiço no lugar escolhido, chamar pelo nome da pessoa a quem ele deva atingir.

O ÔGÃ

É uma autoridade honorária no candomblé, o *ôgã*. Cada santo tem sua representação em di-

versos indivíduos que, não tomando parte dos preceitos da seita, todavia, têm direito a certas regalias.

Ao penetrar na casa do *candomblé*, os atabaques dão sinal de cortejo, conforme o santo a que ele é consagrado; as mulheres prestam-lhe reverência, têm o direito de transpor a porta de chapéu na cabeça, percorrer toda a casa sem autorização especial, e se lhe reservam os melhores lugares, nas ocasiões de festa. As mulheres que têm o mesmo *santo* são chamadas — suas *filhas*, e ao verem o *ôgã* curvam os joelhos e lhe pedem a *benção*, em qualquer lugar.

Cumpre-lhe retribuir com dinheiro tamanha veneração. O *ôgã* toma duas posses: a de iniciação e a de *confirmação*. Na primeira, o indivíduo perante o altar de S. Jorge (*Oxosse*) rodeado de muita gente, é apresentado pela mãe do terreiro, que profere algumas palavras, em linguagem africana e passa-lhe um pano da Costa pelos ombros. Depois, o iniciado, sob um outro pano da Costa, seguro nas extremidades por quatro mulheres, dá algumas voltas na sala, no que é imitado por todos os presentes. Seis meses depois, realiza-se a confirmação. O *ôgã* oferece um animal de quatro pés, para o sacrifício, concorre com as despesas de modesto banquete, destina certa quantia para o irmão sacrificador do animal oferecido, dá esportulas aos músicos ou tocadores de atabaques, e a algumas de suas filhas. Se o *ôgã* dispõe de recursos e pretende dar certo relevo à sua confirmação, a festa toma caráter suntuoso, pois se prolonga por muitos dias em que *sobressai* a matança de um bovino ou caprino.

Morto o animal, a mãe do terreiro leva o *ôgã* ao *Pegi*, e depois de algumas palavras de reco-

mendação coloca na frente do indivíduo um pouco de sangue do boi ou bode abatido, pouco antes, servindo-se de uma pena de galinha, e assim fica o ôgã com aquele distintivo durante o dia.

O *resguardo* consiste em não sair à rua por espaço de dezessete dias, se o animal sacrificado foi um bode; se foi um boi o *resguardo* é de trinta dias. Se não puder cumprir esta obrigação, compete à mãe do terreiro ou a outra pessoa da seita executá-la.

Algumas pessoas, em cujo número aqui se incluem indivíduos de posição social, tem-se alistado como *ôgãs*, nos candomblés. Enquanto o africano dirigiu estas funções, não admitia os nacionais como *ôgãs*. Depois, começaram estes a afluir, e foram aceitos, no intuito de facilitarem as licenças da polícia.

Daí, algumas alterações têm surgido, pelo fato desses adventícios não se portarem com o devido respeito ao lugar, onde o africano exercita as suas práticas religiosas. É verdade que outros procedem com decência e concorrem abundantemente com as despesas de suas festas, e assim contribuem para o esplendor do culto. Nos candomblés dirigidos por africanos o divertimento terminava invariavelmente às seis horas da tarde. O nacional, porém, começa à noite.

A PROCISSÃO

No último domingo de Setembro realizam os africanos uma festa, a que denominam — de *Baiáni*, a qual exprime o encerramento das obrigações do ano, conforme o rito fetichista. Às quatro horas da tarde, os atabaques soam e cada qual ocupa o seu lugar, na ordem hierárquica. Repleta a sala de pessoas da seita

e de curiosos ou espectadores, *a mãe do terreiro* ou pessoa de imediata confiança faz colocar no centro da sala uma pequena talha com água, uma garrafa com mel de abelhas, outra com azeite de cheiro, pequena cuia, *acaças* e um prato. Isto feito, as pessoas filiadas à seita ajoelham-se, tocando a testa no solo e entoando cânticos em louvor do santo do dia. Acolitada por duas mulheres, *a mãe do terreiro* despacha o *ebó* para *Exu*, a fim de que não haja qualquer desarmonia ou perturbação. Depois disto, a um sinal convencionado, os atabaques aceleram os toques e surgem da *camarinha* homens e mulheres a dançar, conduzindo na cabeça os capacetes (filás) símbolos do santo *Baiani*. Depois de terem dançado suficientemente, retiram-se da sala com grande acompanhamento, em visita a diversos pontos do *terreiro*. Todos cantam com alacridade e satisfação. Recolhidos todos novamente à sala continua a festividade. Na versão dos africanos esta cerimônia significa que *Baiani* sai em procissão com o fim de despedir-se dos lugares visitados, e assim dão por findas as funções obrigatórias do ano.

Sem embargo, qualquer pessoa pode, particularmente, cumprir promessas ou outras obrigações.

A PRAGMÁTICA

No trato social, os africanos adotavam certas práticas que convém registrar pela sua originalidade. Ao encontrarem-se duas pessoas da seita, o cumprimento se fazia deste modo: cada um cruzava as mãos de forma que os dedos de uma ficassem intercalados nos intervalos da outra, e tocavam-se mutuamente.

Esta saudação indicava que os indivíduos eram de igual categoria.

Os de maior hierarquia, apenas, tocavam a mão direita aberta sobre as mãos fechadas dos outros, e diziam em ambos casos — *Oxubarê* (Bons dias).

Numa discussão qualquer, havendo opiniões encontradas, as pessoas que pensavam do mesmo modo, em sinal de perfeito acordo, levantavam-se, uma em frente da outra, espalmavam as mãos e tocavam-se. Quando despediam o *santo*, a saudação consistia em apertarem as mãos esquerdas. No *Pegi* ou junto de altas dignidades, o cumprimento ou saudação, já se fazia diversamente. A mulher, cujo santo tutelar era masculino, deitava-se do borco, no solo, sustentando o corpo, apenas, nas palmas das mãos e nas pontas dos pés. Se o protetor era feminino, a pessoa deitava-se de lado, tendo a cabeça sobre o braço e voltava-se para o lado oposto, do mesmo modo. Depois, levantava-se e tocava a cabeça no chão.

A INDÚSTRIA

Os africanos, depois de libertos, não possuindo ofício e não querendo entregar-se aos trabalhos da lavoura, que haviam deixado, faziam-se ganhadores.

Em diversos pontos da cidade reuniam-se à espera de que fossem chamados para a condução de volumes pesados ou leves, como fossem: *cadeirinha de arruar*, pipas de vinho ou aguardente, pianos, etc.

Esses pontos tinham o nome de *canto* e por isso era comum ouvir a cada momento: “chama, ali, um ganhador no canto.” Ficavam eles sentados em tripeças a conversar, até serem chamados para o desempenho de qualquer daqueles misteres. Aí também incumbiam-se eles

de outros trabalhos: preparavam rosários de coquilhos com borla de retrós de cores; pulseiras de couro, enfeitadas de búzios e outras de marroquim oleado; fabricavam correntes de arame para prender papagaios, esteiras e chapéus de palha de *ouricori*, e bem assim vassouras de piaçava; lavavam chapéus de Chile e de outra palha qualquer, e, consertavam chapéus de sol.

Uma vez por outra aparecia nos *cantos* o cabelereiro ambulante que, não só rapava a cabeça, como também escanhoava o rosto dos parceiros.

Nas horas de descanso entretinham-se a jogar a *A-i-ú*, que consistia num pedaço de tábua, com doze partes côncavas, onde colocavam e retiravam os *a-i-ús*, pequenos frutos cor de chumbo, originários da África e de forte consistência. Entretinham-se largo tempo nessa distração.

Os panos da Costa vinham crespos, e eles os estendiam sobre um toro de madeira, em forma de cilindro, e com um outro menor, batiam-nos para abrandar a aspereza e dar-lhes lustro. Também renovavam os mesmos panos, tingindo-os.

Mostravam ainda tendências para as artes liberais, esculturando os símbolos fetichistas de sua seita, tão aperfeiçoados quanto possível.

Cada *canto* de africanos era dirigido por um chefe a que apelidavam *capitão*, restringindo-se as funções deste a contratar e dirigir os serviços e a receber os salários. Quando falecia o *capitão* tratavam de eleger ou aclamar o sucessor, que assumia logo a investidura do cargo.

Nos *cantos* do bairro comercial, esse ato revestia-se de certa solenidade à moda africana:

Os membros do canto tomavam de empréstimo uma pipa vazia em um dos trapiches da rua do Julião ou do Pilar, enchiam-na de água do mar, amarravam-na de cordas e por estas enfiavam grosso e comprido caibro. Oito ou doze etíopes, comumente os de musculatura mais possante, suspendiam a pipa e sobre ela montava o novo *capitão do canto*, tendo em uma das mãos um ramo de arbusto e na outra uma garrafa de aguardente.

Todo o canto desfilava em direção ao bairro das Pedreiras, entoando os carregadores monótona cantilena, em dialeto ou patuá africano.

Na mesma ordem, tornavam ao ponto de partida. O *capitão* recém-eleito recebia as saudações dos membros de outros *cantos*, e nessa ocasião, fazia uma espécie de exorcismo com a garrafa de aguardente, deixando cair algumas gotas do líquido.

Estava assim confirmada a eleição.

A LENDA

Na intimidade, o africano, sempre alegre, conversador e *folgazão* costumava dar expansão às suas mágoas contando histórias de macacos, e bruxarias outras que ouvira na terra natal, sendo a que se segue, uma de suas lendas mais divulgadas entre nós.

“O Padre Eterno mandara vir os representantes das diversas raças á sua presença, para distribuir com elas algumas graças. A raça branca, sempre ávida de poderio e grandeza, não se fizera esperar, acudindo logo ao chamamento, com a máxima presteza. A raça preta, porém, deslumbrada pelo convite, demorou-se mais do que era preciso na viagem, a cantar e a dançar. Chegando ao lugar determinado, o Eterno já havia terminado a au-

diência, e não lhe fora mais possível a outorga de privilégios, pois o branco mostrou-se tão exigente que, não satisfeito com o que lhe fora reservado, obteve o que deveria pertencer aos outros. Assim, á raça preta não aproveitou o brocardo popular: *Antes tarde do que nunca*".

O africano costumava enfeitar o corpo das crianças colocando no pescoço e na cintura corais e contas de tamanhos diversos, notadamente o — *Laguidibá*.³⁶ Os adultos, porém, traziam pendentes do pescoço um patuá ou amuleto, pequena bolsa de couro contendo um objeto pertencente ao anjo da guarda, como fosse: *uma conta de santo*, um bú-zio, um pedacinho de *mil homens*, ou de *arruda*, um *dente de alho*, *raiz de Dandá*³⁷ como preservativo de olhar ou malefício. Fica subentendido que para isso era *mister* invocar os *encantados* para a determinação do preceito.

CARACTERÍSTICO DAS DIVERSAS TRIBOS

As diferentes tribos africanas aqui domiciliadas apresentavam caracteres especiais: as mais amorosas, quanto à função da maternidade, foram as mulheres *Jejes*, *Igexas* e *Egbás* que também se distinguiram pela correção escultural; não tinham o rosto recortado de linhas e costumavam pintar a

³⁶ *Laguidibá* — espécie de contas pretas trabalhadas em chifre de boi.

³⁷ *Dandá* é a raiz de uma gramínea que introduzida na boca abrandava o mau humor da pessoa com quem se tratava negócio.

pálpebra inferior, com uma tinta azul, por faceirice ou enfeite. Entre as mais peritas na arte culinária destacavam-se *Angola, Jeje e Congo*; as boas amas de leite foram — *Aussá e Igexa* consideradas de índole mais branda.

As tribos *Jeje, Congo, Angola e Mina* distinguam-se pela sensualidade, pelo porte senhoril e maneiras delicadas e insinuantes; por isso chegaram a confundir-se com a crioulas elegantes.

Trajavam com apurado gosto e porfiavam em não se confundirem com as das outras tribos, como se quisessem disfarçar a sua origem africana. As *Jejes* e *Angolas*, especialmente, imolavam o seu amor aos oriundos do país e desprezavam os parceiros; mas, se foram casados na terra do seu nascimento e aqui encontraram os maridos davam-lhes toda a preferência. A mulher africana, por força da seita, dava o tratamento de — *Senhor* — ao marido.

Em geral, as mulheres *Jejes* possuíam nádegas salientes, e talvez houvessem servido de modelo á *Vênus Hottentote*.

Das tribos africanas, as que assimilaram melhor a nossa civilização foram *Angolas, Jejes, Congos e Minas*. Destas últimas escreveu, com muita propriedade, um publicista nacional: "... a negra *Mina* apresentava-se com todas as qualidades para ser uma excelente companheira e uma criada útil e fiel".

"Escrava, resistente a todos os trabalhos, sadia, engenhosa, fina, sagaz, cautelosa, ao mesmo tempo que nutria um fogo inextinguível, ela sabia dirigi-lo e aproveitá-lo em benefício da própria prole. Com semelhantes predicados e nas condições precárias em que no primeiro e segundo sécu-

los se achava o Brasil em matéria de belo-sexo, era impossível que a *mina* não dominasse a situação. E, de feito, em toda a parte do país onde houve escravatura ela influiu poderosamente sobre o galego e vacinou a família brasileira”.

“Não possuindo força intelectual para elevar-se sobre a fatalidade de sua raça, ela empregava toda a sua sagacidade afetiva em prender o branco e a sua gente na tepidez do colo macio e acariciador”.³⁸

A mulher africana tinha o hábito de trazer ao pescoço, umas contas claras, de forma arredondada, para o efeito de aumentar a produção do leite, costume que também era peculiar ao indígena do Amazonas.

“O leituário de *Traz-os-Montes*, a conta leiteira da Beira Alta, não são mais do que — *Muyrakitãs*, filhos da reminiscência supersticiosa da Ásia e da falta da rocha primitiva. A mesma crença portuguesa, de que o uso dessas contas, quando uma mulher amamenta, faz o leite aumentar, leva também a tapuia a rejeitar o *Muyrakitã* verde pelo amarelado porque quanto mais claro for mais leite produzirá”. (Barbosa Rodrigues — O *Muyrakitã* — p.106 — 1889).

TIRAR A MÃO DA CABEÇA

Esta expressão é técnica e tem a sua significação no ritual fetichista. Por falecimento da *mãe* ou *pai* do terreiro, uma das primeiras cerimônias em homenagem à memória do extinto consiste em *tirar a mão da cabeça*.

³⁸ Araripe Junior — Gregório de Mattos.

Quem assumiu a direção do candomblé designa um dia, de ordinário, depois dos sufrágios pela alma do antecessor, para realização daquele ato. Cada *pessoa feita* contribue com a quantia de cinco mil réis, e mais uma navalha nova, pombos, galinhas, patos, etc. No dia marcado reúnem-se todos na casa do candomblé. Aí o indivíduo mais idoso toma da navalha que traz um dos presentes, e com ela procede à depilação da cabeça. À medida que se vai concluindo essa operação sacrifica-se uma das aves e o sangue é derramado na cabeça depilada, sendo que as mulheres o conservam coagulado até ao dia seguinte, quando procedem a lavagem da cabeça.

Este preceito é de rigor e tem por fim obstar a que seja vítima de algum malefício a pessoa que o deixar de observar.

DO CARNAVAL

O explorador português Serpa Pinto conta que assistiu, em África, a uma festa carnavalesca, e a descreve desta forma:

No dia 20, (junho) de manhã, veio um enviado do *sova* dizer-me que, por ser então a época em que festejavam uma espécie de carnaval, o *sova* para me fazer honra, viria no meu campo mascarado e dançaria diante de mim. Pelas oito horas chegaram os batuques, e juntou-se grande concurso de povo. Meia hora depois, apareceu o *sova*, com a cabeça metida em uma cabaça pintada de branco e preto, e o enorme corpo aumentado por uma armação de varas de *liconte*, igualmente pintado de branco e preto. Um saio de clinas e caudas de animais completavam o traje.

Na cidade de Lagos, no mês de janeiro, há uma diversão pomposa, em que se exibem indivíduos mascarados, diversão que designam pelo vocábulo — *Damurixá* — festa da rainha. Nesta, apenas tomam parte os indivíduos filiados ao clube que se encarrega da festa, não sendo facultativo a quem quisesse mascarar-se.

O Soberano com os seus ministros participam daquele divertimento, recolhendo-se antes de terminar para, com as formalidades régias, agradecer.

Em 1897, fora aqui realizado o carnaval africano, com exibição do Club Pândegos d'África, que levou a efeito a reprodução exata do que se observa em Lagos. O préstito fora assim organizado: na frente iam dois príncipes bem trajados; após estes, a guarda de honra, uniformizada em estilo mouro. Seguia-se o carro conduzindo o *rei*, ladeado por duas raparigas virgens e duas estatuetas alegóricas. Logo depois via-se o adivinhador à frente da charanga, composta de todos os instrumentos usados pelo fetichismo; sendo que os tocadores, uniformizados à moda indígena, usavam grande avental sobre calção curto. O acompanhamento era enorme; as africanas, principalmente, tomadas de verdadeiro entusiasmo, cantavam, dançavam e tocavam durante todo o trajeto, numa alegria indescrevível. Acerca dessa festa o *Jornal de Notícias*, de 15 de fevereiro de 1899, assim se externou: “Os clubes vistosamente se apresentavam recolhendo aplausos e saudações dos seus adeptos numerosos. Foram eles: *A Embaixada Africana* e os *Pândegos d'África*, já apreciados do nosso público, porquanto desde uns três anos disputaram-se a palma nessas

festas, cuja animação é de justiça dizer, muito lhes deve, pelo capricho com que as sustentam, ambos, ontem, percorreram luzidos e bem dispostos um longo itinerário em que receberam, por vezes, ruidosas ovações, sendo grande o acompanhamento de povo que lhes dava guarda de honra”.

“O Estandarte da Embaixada era empunhado pelo rei *Ptolomeu* — *Faraó* sobre um grande elefante; e o dos *Pândegos de África*, pelo rei — *Lobossi* á sombra de uma enorme concha, cada um deles tendo pajém aos lados e acompanhados de guarda de honra.”

“Foram dois carros bonitos, bem preparados. O préstito dos *Pândegos* fechava com um carro representando a tenda de *Pai-Ojôu*; o da *Embaixada*, com uma crítica.”

DOS FUNERAIS

Pelo falecimento de qualquer membro da seita, os outros tomam luto, especialmente as mulheres. Acreditam que apesar da cessação da vida, o espírito do morto paira ainda entre os vivos, cumprindo, portanto, apartá-lo. De volta da necrópole, no dia do enterramento, reúnem-se para cantar e dançar até à véspera da missa de sétimo dia: é o *Axexê*, cerimônia preliminar dos sufrágios. Acabada a missa, no Convento de S. Francisco, o templo preferido, reuniam-se de novo para repetir as danças e cânticos ao som dos atabaques, durante o dia, terminando sempre às seis horas da tarde, quando todos se retiravam.

Esta cerimônia representava preces pelo espírito. Na véspera da missa de ano, à noite, o

africano *medium* que não exercia outra função na seita, reunida às pessoas interessadas, em um sala, colocava no chão uma bacia com água e a folha correspondente ao santo do morto, pronunciava algumas palavras cabalísticas que eram repetidas pelas pessoas presentes. Com um pequeno cipó batia três vezes no chão, o que equivale a invocar o espírito do morto. Acudindo ao chamamento, o *medium* perguntava se o espírito fora chamado por Deus ou enviado por alguém. Depois da resposta, e espírito fazia revelação, dava consultas e conselhos, ditava ordens para serem cumpridas.

DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS

Xerê ou *Xererê*. É uma vasilha de cobre contendo calhaus, espécie de chocalho, tido como objeto de mistério. Sacudido que seja as *filhas de santo* ficam alvoroçadas: pertence a Xangô.

Adjá. Campas de metal amarelo: convidam os crentes para assistir à cerimônia de dar comida ao santo.

Pequenos Batás. Atabaques de madeira côncava que o africano traz a tiracolo batendo com a mão esquerda no círculo menor; e com a direita segura uma espécie de maceta com que bate no círculo maior do instrumento. São enfeitados de guizos. Os *Batás* são empregados nas cerimônias externas, como seja: festa da Mãe d'água, etc.

Illú. Atabaque grande. O tocador bate com a mão esquerda de modo a produzir um som surdo, abafado; e com a direita fere o som forte servindo-se da baqueta N° 11, que é ao mesmo tempo o baixo marcador do compasso na música.

Afofiê. Pequena flauta de taquara com bocal de madeira.

Atabaque médio e menor tocados com as baquetas Nº 10.

Agogô. Instrumento de ferro, cujo som é produzido por uma das baquetas Nº 10.

Agê. Piano de cuia. Cabaça grande, envolta num trançado de algodão, á semelhança de rede de pescaria, tendo presos pequenos búzios nos pontos de intersecção das linhas. Esta rede fica um pouco folgada em torno da cabaça, de modo que agitada esta produza ruído, que é aumentado pelo rolar de alguns seixos no interior do instrumento.

Batá-cotô — (*tambor de guerra*). Era um atabaque usado principalmente pela tribo *Egbá*, por ocasião dos levantes. Consistia numa grande cabaça, coberta na parte superior por um pedaço de couro que produzia um som infernal, diferente de outros.

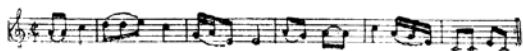
Depois da insurreição de 1835 fora proibida na Alfândega o despacho desse elemento de desordem. Efetivamente, tinha razão o fisco: quando o africano ouvia o toque do *Bata-cotô* ficava alucinado.

Encerramos este capítulo com algumas saudações aos diversos “santos” por ocasião dos festejos anuais, seguidas dos cânticos e respectiva música:

Ia mim ô êjê kolê jô.

Ia mim ô ôpokê la uá ô.

(Nossa mãe é sem igual, entre as mulheres,
junto ao Omnipotente.)



Egbêji mori ô ri, okorim-kam
Orolu mori ô ri okorim-kam.

(Poderoso, eu vos conheço como
primeiro homem).

CORO

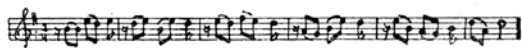
Ôkum-kum biri-biri
A ja lê mori ô korim-kam.

(Mesmo nas trevas eu vos
distingo como poderoso).



A orêrê aiê orixá Ioman,
Iá ochê Egbeji orêrê, aiê.

(No mundo, nada está oculto
para Deus).

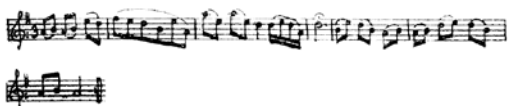


CORO

Ô rôlu, ulô mon iá aochê
(Os santos que nos dominam).

*Mofi la do fê, auá — ô loquê.
Ô dê arolê, mofi dalofe. A uê bô-ô
Um loquê: ê i jô ô um á kiram.*

(As nossas orações com as de outros
formam um cântico de louvor ao
Onipotente)



DOS MALÊS³⁹

Foram os árabes que, no continente negro, se incumbiram de transmitir aos naturais as doutrinas do *Alcorão*; sendo que os Filanins, dentre as diversas tribos africanas, tornaram-se os mais fervorosos adeptos da seita, e, por sua vez, se constituíram pregadores, divulgando a religião maometana até onde lhes era possível.

Foram eles que ensinaram essa doutrina no alto Senegal, nas margens do *Falemê* e do *Casamansa*.

No século XVIII houve tentativa até de se estabelecer em toda a África, o islamismo, tão grande era então a propaganda dessa religião.

Os Achantis auxiliaram essa propaganda, fundando povoações onde davam asilo aos escravos fugitivos impondo-lhes, todavia, as doutrinas do *Alcorão*.

³⁹Sem embargo das investigações com respeito ao vocabulário africano, não nos foi possível acertar com a verdadeira estrutura morfológica do termo *Malê*. Pensamos, que é ele é uma derivação um tanto forçada de *Malinke*, nome da tribo; mas, como nunca empregaram este vocábulo se não o de *Mussurumim* como sinônimo de *Muçulmano*. O *Malê* evitava os atos do Catolicismo: em se lhe deparando uma procissão, ocultava-se; por isso, o feiticista lhe chamava protestante. (M. Q) Para uma discussão sobre o termo *malê*, vide Arthur Ramos, "O Negro Brasileiro", pág. 58 e "As Culturas Negras no Novo Mundo", pág. 334. (A. R).

Dos africanos importados da costa de *Guiné* sobressaíram os *Malinkes*, aqui conhecidos por — Malês, sectários do maometismo.

Procuraram sempre se distinguir dos outros filhos do continente negro, pela sua inteligência, moderação, sobriedade e calma na conversação.

Só reconheciam duas entidades superiores: *Olorum-u-luá* (Deus criador); *Mariama* (a Mãe de Jesus Cristo). Desprezavam a Satanás, que na opinião deles, não tem força no mundo. Evitavam o mais possível as contendas e lutas; e, insultados que fossem, respondiam simplesmente: *Au-su-bilai* (Eu te esconjuro). Tinham como certo que o provocador não rezara naquele dia.

Usavam barba à *Cavanaugh* como símbolo característico de sua crença.

Davam grande valor à educação dos filhos e não lhes permitiam que adotassem os seus costumes. Por exceção, alguns mandaram os filhos preparar-se para sacerdotes da seita, outros pretenderam casar as filhas com os parceiros. Adotavam a poligamia como medida higiênica e eram metódicos em todos os seus atos. Costumavam escrever sinais cabalísticos sobre quadros de madeira à imitação das tábuas de Moisés, servindo-se para isso de uma tinta azul, mineral, importada da África; depois lavavam os quadros e davam a beber a água, como indispensável para *fechar o corpo*.

As mulheres com esta tinta pintavam as pálpebras inferiores, como requinte de beleza. Aos domingos reuniam-se em casa do chefe local para ouvirem a pregação do evangelho muçulmano.

Observavam com grande apreço a higiene do corpo; e por isso praticavam a circuncisão aos dez anos de idade.

Recolhiam-se cedo aos seus aposentos de dormir, pois que, em geral, o africano não se expõe ao sereno; e às quatro horas da manhã levantavam-se para fazer sala que é a oração da manhã e da noite. Praticavam esta cerimônia por este modo: sem trocar palavra com alguém, lavavam o rosto, as mãos, a planta dos pés, sentavam-se n'água, vestiam camisa comprida, calças, enfiavam na cabeça um gorro com borla caída, tudo de algodão, bem alvo, e, munidos de um rosário — *Tecebá* — de cinquenta centímetros de comprimento, tendo noventa e nove contas grossas de madeira, terminado por uma bola em vez de cruz, davam começo à oração, de pé, sobre uma pele de carneiro.

Os homens colocavam-se à frente e as mulheres após. Quando rezavam pelas contas menores de seu rosário, conservavam-se sentados; passando às maiores, equivalentes aos padre-nossos, levantavam-se. Nessa ocasião, com as mãos abertas e tendo o corpo inclinado, em demonstração de reverência, diziam: *Alláh-u-acubarú* — (Louvores a Deus). Em seguida, levantavam os olhos para o alto e os baixavam, com um gesto de saudação; com as mãos sobre os joelhos faziam sinal de continência com a cabeça; proferiam algumas palavras e sentavam-se de lado, continuando a rezar pelas contas menores.

Quem podia, efetuava esse exercício cinco vezes ao dia: primeiro — *Açubá*; segundo — *Ai-lá*; terceiro — *Ay-á-sari*; quarto — *Alimangariba*; quinto — *Adixá*. Finalizavam a oração dizendo: *Ali-ra-*

⁴⁰Esta palavra é assim escrita — *Bismillak*, que eles pronunciam — *Bi-si-mi-lai*. As expressões consignadas nesta monografia, tanto na linguagem árabe como na de outras tribos são escritas conforme a pronúncia.

mudo-li-lai (Louvor ao Senhor do Universo). A qualquer ato que o Malê tinha que praticar, antecedia a expressão: *Bi-si-mi-lai* – (Em nome de Deus clemente e misericordioso)⁴⁰. Terminada a oração cortejavam-se uns aos outros, dizendo: *barica-da suba* – (Deus lhe dê um bom dia).

O lugar em que se pratica esse ato chama-se – *Mo-ça-la-si* – (Oratório ou capela).

São estas as dignidades do rito – malê:

Xerife – espécie de profeta, cargo esse só desempenhado por pessoa idosa, cuja opinião se respeita como um oráculo.

Lemane – uma espécie de bispo.

Ladane – o secretário.

Alufá – o simples sacerdote.

É esta a oração do – Malê, correspondente ao – Padre nosso – do cristão:

Ali-ramudo lilái.

Rabili alamina.

A ramano araini.

Maliqui iáu midina.

Iá canan abudo.

Oiá canan cita-ino.

Errê diman cirata.

Ali mucitaquino.

Cirata alazina.

Ani-amutá alê-im.

Gair-le-mangalôbe.

A lei-y-uá-la-lobina.

A tradução é como se segue:

Louvor ao Deus senhor do Universo.
Oh Deus, ente misericordioso.
Soberano no dia da retribuição.
É a ti a quem adoramos.
É a ti a quem imploramos auxílio.
Guia-nos pelo bom caminho.
Pelo caminho daqueles que cumulaste de
tesu benefícios.
Não daqueles que incorrem na tua cólera,
nem dos que andam mal encaminhados.

Outra oração do Malê:

Cula-ús Bira binance.
Maliqui nance.
Illa-y-nance.
Mincherili-uá sua cili.
Aman — cilazi.
Iú a suisso.
Fi-sundunance.
Mina alijamante.
Ô-nanei.

Em vernáculo:

Procuro um refúgio ao pé do Senhor dos
homens. Rei dos homens, Deus dos homens; con-
tra a maldade daquele que sugere os maus pensa-
mentos e se esconde. Que infiltra o mal nos co-
rações dos homens: contra os gênios e contra os
homens.

A MISSA DOS MALÊS – (SARÁ)

É cerimônia que só se efetua por ocasião de grande regozijo na seita ou para sufragar as almas dos crentes no Alcorão. Pela manhã, era servida uma mesa, em que *sobressaia* a toalha muito alva, de algodão, ocupando a cabeceira o chefe *Lemane*, como lugar de honra. Após ligeira refeição, cada um, munido de seu rosário, ouvia do chefe estas palavras: *Lá-i-lá-i-la-lau, mama dú araquú-lu-lai. Sa-la-lai-a-lei-i-saláma*. (Deus único e verdadeiro, o seu profeta é quem nos guia). — *Acheádo-ana-lá-i-lá, i-la-lau*. (Vós sois o único Deus verdadeiro). *Acheádo-ana-mamadú ara-su-lulai*. (E teu profeta é o nosso mestre). *Ai-á-la-li-salá*. (Eis as minhas preces). *Ai-á-la-li-falá*. (Eis o meu coração). *Cadecama-i-salá*. (No monte Sinai). Durante a celebração do ato religioso, as mulheres, de espaço a espaço, repetiam a frase: *Bi-si-mi-lai*. Em dado momento, o chefe levantava-se, dava as costas ao auditório, soerguia as mãos, descansava-as sobre o peito, ajoelhava-se, baixava, em sinal de reverência e proferia as mesmas palavras do início: *Lá-i-lá, i-la-lau, mamadú-araç-u-lu-lai. Sa-la-lai-a-lei-i-salama*.

Isto feito, o chefe apertava as mãos de seus imediatos, e estes das demais pessoas presentes, e estava terminada a missa. Em plena cerimônia, a dona da casa se dirigia às pessoas presentes, cruzando os braços, e, na atitude de quem dobra os joelhos, proferia a seguinte saudação: *Barica da subá môumbá* — que quer dizer: Meus respeitos.

O CASAMENTO MALÊ – (AMURÊ)

Depois de tudo combinado, os noivos, padrinhos e convidados dirigiam-se, no dia aprazado, à casa do sacerdote. Aí reunidos, após ligeira pausa, o *Lemane* falava aos nubentes, inquirindo se o casamento era de livre vontade dos contraentes, aconselhava-os a que refletissem maduramente para que não houvesse arrependimento futuro. Decorridos alguns instantes cada cônjuge respondia que o casamento era de seu gosto e de *espontânea* vontade. Ato contínuo, a noiva, vestida de branco, trazendo o rosto coberto por véu de filó, e o noivo de bombachas, no estilo turco, entregava uma corrente, e aquela colocava num dos dedos do noivo um anel, ambos de prata – era a aliança, – dizendo um ao outro: *Sadáca do Alamabi* – que quer dizer – (Ofereço-vos em nome de Deus). Ajoelhavam-se e o *Lemane* dava começo à cerimônia, dizendo os deveres de cada um; depois, exortava-os que procedessem bem, sem discrepância de suas obrigações. Por fim, erguiam-se os nubentes e beijavam a mão do sacerdote. Estava assim o ato concluído, retirando-se todos para a casa do banquete. Aí, sentados, a noiva adiantava-se até o meio da sala, batia palmas, recitava uma canção e voltava ao seu lugar. Seguia-se o jantar de bodas, constante de galinhas, peixes, frutas, etc, com exclusão de bebidas alcoólicas.

A união conjugal entre os Malês era um verdadeiro culto, observado com rigor, do mesmo modo que a amizade fraternal. O Malê indigente não estendia a mão à caridade pública; os parceiros cotizavam-se e o amparavam.

De índole boa, morigerados, não se imiscuiam, talvez por prescrições religiosas, nos levan-

tes e insurreições, aqui tão comuns entre os outros africanos.

Severa e inflexível era sua moral.

A mulher que faltava aos deveres conjugais ficava abandonada de todos, ninguém a cortejava; mas, nem por isso, o marido podia tocá-la.

À esposa infiel, apenas, se permitia ausentar-se de casa, à noite, acompanhada por pessoa de confiança do marido.

O feitiço do Malê é inteiramente diverso dos demais africanos. Escreviam em tábuas negras o que pretendiam contra a pessoa condenada, apagavam depois com água os sinais cabalísticos, e o líquido era atirado no caminho transitado pela vítima.

Para destruir qualquer malefício possuía o Malê pequeno patuá ou bolsa que trazia ao pescoço, contendo uma oração em poucas palavras, a qual era encimada por um polígono estrelado regular de cinco ângulos, vulgarmente conhecido por — signo de Salomão. E, assim, diziam eles, ficavam imunes de toda a feitiçaria.

O Malê não come toucinho, por gratidão, e em respeito à seguinte lenda:

Percorrendo o deserto, diversos propagandistas sentiram sede e não encontraram o precioso líquido. Prosseguindo na peregrinação, eis que se lhes depara uma manada de suínos a fuçarem em certo lugar. Aí se detiveram e algum tempo depois viram, surpresos, que a água jorrava da terra revolvida pelos porcos.

Os propagandistas afastaram os animais e mataram a sede na torrente que então se formou.

O cão é sagrado para o Malê, pois sendo o animal novo e livre de contato com outros, a umidade de suas *narinas*, esfregada nas mãos e no rosto, faz que o adivinhador obtenha maravilhosas revelações.

Se o animal já se tiver dado ao vício e à procriação é considerado inservível ou impuro, e nesse caso não o deixam entrar em casa, devido ao hábito de farejar.

Por muito tempo acreditou-se que o Malê tinha por hábito quebrar os ossos ou desconjuntar os seus mortos, no ato de colocá-los no caixão. Não é isso exato; apenas os deitam de lado e não de frente, como é costume.

O JEJUM DO MALÊ

Na semana em que a Religião Católica celebra a festa do Espírito Santo, começava o jejum anual do Malê, pela forma seguinte: levantavam-se de madrugada, coziam o inhame e o pisavam para comer com *efó*, bola de arroz machucado ou furá, com leite e mel de abelhas. As refeições eram feitas às quatro horas da madrugada e às oito horas da noite.

Durante esse intervalo de tempo o Malê nem água bebia assim como não absorvia a saliva. Às sextas-feiras não trabalhavam, por ser dia consagrado às orações. O jejum é efetuado no intervalo de uma lunação, isto é, se começava na

lua nova, terminava na lua nova seguinte. O cardápio era apenas constituído de inhame com azeite de cheiro e sal moído, bolas de arroz machucado com açúcar e água, em grandes cuias. Nesse dia dançavam apenas as mulheres, trazendo em volta do pescoço uma faixa de pano que seguravam pelas extremidades. Quando uma terminava a dança passava o exercício a outra, retirando o pano e com ele envolvendo o pescoço da parceira. Aquelas que possuíam certa ascendência social, além de pano no pescoço, exibiam-se nas danças, com uma cauda de boi à imitação de espaneador.

No último dia do jejum realizavam grande festa em casa do maioral da seita, havendo missa. Nenhuma bebida alcoólica era usada nessa festa.

No ato de sacrificar o carneiro introduziam a ponta da faca na areia e sangravam o animal proferindo a palavra *Bi-si-mi-lai*.

Corresponde esta cerimônia ao sacrifício de Isaac.

A REVOLTA DE 1835

Não ha razão ou fundamento de verdade no fato de atribuir aos africanos Malês, o lavante de 1835, nesta Capital.

De longa data, desde o domínio colonial, vinham os escravizados reagindo, por meio de insurreições, contra as barbaridades dos senhores.⁴¹ Em todos esse movimentos, figuravam como elemento de destaque, os *Nagôs* e os *Hassuás*, os quais exerciam

⁴¹Nina Rodrigues demonstrou, no entanto, que as insurreições dos Haussás e dos Nagôs, na Bahia, bem como a grande revolta de 1835, tiveram um fisionomia bem diversa das fugas e revoltas de escravos em outros Estados. Sobre o aspecto religioso da revolta de 1835, vide "As Culturas Negras no Novo Mundo", págs. 335 e segs. (A. R).

preponderância sobre outras tribos, notadamente, os Nagôs, por serem mais inteligentes; tanto assim que eram preferidos para determinadas profissões, como por exemplo: mestres de obras, carreiros, feitores de engenho e encarregados do fabrico do açúcar.

O dr. Francisco Gonçalves Martins, chefe de polícia da época, em seu relatório, manifestou-se do seguinte modo: “Em geral, vão quase todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao *Árabe*, usado entre os Haussás que figuram terem hoje combinado com os Nagôs.” O fato da proclamação dos insurretos ter sido escrita em grafia desconhecida semelhante à arábica, não quer dizer que somente os Malês podiam redigí-la, visto que africanos de tribos diferentes imiscuiam-se na seita maometana, sem contudo observar-lhe os preceitos, mas, por simples distração, como acontecia.

No Arquivo Público existem 234 processos de revoltosos africanos, sendo: 165 *Nagôs*, 21 *Haussás*, 6 *Tapas*, 5 *Bornos*, 4 *Congos*, 3 *Cambidas*, 3 *Minas*, 2 *Calabares*, 1 *Ige-bu*, 1 *Benin* e 1 *Mendobi*, não se encontrando, porém, um só *Malê*.

Pela tradução que então fez o Padre Etienne de um boletim dos revoltosos, verifica-se que entraram em combate mil e quinhentos (1500) africanos; pois bem: não se apurou nesse número um só representante da seita maometana. Comparado o número de insurretos, conforme a indicação acima, vê-se que a maioria é de *Nagôs*, e, imediatamente seguem, em número, os *Haussás*. Do exposto, torna-se evidente que, absolutamente, os *Malês* não tomaram parte no levante

de 1835, que fora, sem dúvida, os mais perigoso de quantos aqui se verificaram.

Propalou-se o boato de que os ingleses, domiciliados na Bahia, a colônia estrangeira então mais numerosa, naquela época, foram os instigadores do movimento e fornecedores de armas: facas, espadas, chuços e pistolas.

O chefe de polícia em seu citado relatório, observa: “Também se notou que uma quantidade grande de insurrectos eram escravos dos ingleses, e estavam melhor armados, devendo-se atribuir esta circunstância à menor coação em que são tidos por estes estrangeiros, habituados a viver com homens livres”.

Constou, na época, que o governo colheu provas materiais do crime, mas, prudentemente as desprezou, para evitar conflito com uma nação poderosa.

“Não se pode negar que havia um fim político nesses levantes; pois não cometiam roubos nem matavam seus senhores ocultamente.”

Essa levante tomou proporções tais que necessário foi, por lei n.º 1 da Assembleia Provincial, de 28 de março de 1835, suspender, por trinta dias, as garantias constitucionais, para o efeito de se darem buscas em todas as casas e prevenir nova conflagração por parte dos africanos.

APÊNDICE

CANDOMBLÉ DE CABOCLO

Os nossos indígenas, na simplicidade da sua existência errante, admitiam grande número de superstições, que eram os seus feitiços; uma aranha dissecada, fragmentos de sapo, produtos minerais trazidos ao pescoço, como amuletos, ou pendurados à entrada da taba, para desfazer ou destruir a surpresa do inimigo.

A catequese dos missionários proporcionou-lhes orientação diferente, baseada nos fatos do Catolicismo. De fato, o silvícola aceitou com agrado manifesto a nova doutrina, principalmente pelo efeito ou sedução da música.

Da convivência íntima com o africano, nas aldeias, ou nos engenhos, originou-se, por assim dizer, a calebração de um novo rito intermediário, incutindo-lhes no espírito ideias novas. Da fusão dos elementos supersticiosos do europeu, do africano e do silvícola originou-se o fetichismo conhecido pelo nome de “Candomblé de Caboclo”, bastante arraigado entre as classes inferiores desta capital.⁴²

É crença entre os sacerdotes e praticantes da seita, que são dirigidos por três entidades: - Jesus Cristo, S. João Evangelista e S. João Baptista, tendo Jesus Cristo o nome de *Caboclo Bom*.

Adoram com grande respeito o símbolo da Cruz; ao mesmo tempo que acreditam nas revelações dos ciganos quanto ao presente e ao futuro.

⁴²Os candomblés de caboclo tomaram hoje uma extensão enorme, como se pode verificar nos livros de Arthur Ramos, Edison Carneiro, Gonçalves Fernandes, etc. (A. R).

A iniciação dos postulantes para a seita é efetuada numa choupana, na mata virgem, por espaço de trinta dias. Os encantados chegam à cabeça das mulheres, conforme o rito africano, notando-se que o preparo das ervas difere na quantidade e na qualidade, pois são empregadas, apenas, duas, e entre estas distingue-se o arbusto silvestre denominado — Jurema. O caboclo tem quizila como o africano, mas os castigos divergem para pior. Quem está com o santo corteja às pessoas presentes segurando-lhe as mãos, dá dois saltos perpendiculares, abraça-as de um lado e do outro, faz-lhes algumas determinações, dá-lhes conselhos e retira-se.

Na época precisa é necessário festejar o santo, mandando celebrar uma missa. De volta do templo rezam o ofício de Nossa Senhora; isto feito, iniciam a função. As danças são executadas num ritmo um pouco diferente do africano.

Os instrumentos são os mesmos, divergindo-se, porém, os toques de atabaques e os movimentos de braços e cabeças. Há, no entanto, tribos africanas, em que os cânticos e movimentos coreográficos são inferiores aos dos caboclos.

Nas festas, as refeições constam de peixe ou aves e animais de caça: as ervas são de estimável valor.

As abóboras cozidas com a casca, de mistura com feijão e mel de abelhas constituem os manjares preferidos.

As bebidas alcoólicas costumam adicionar certa quantidade do mesmo mel, assim como entrecasca de jurema.

O azeite de dendê ou de cheiro não é admitido no condimento das iguarias.

Copyright 2021
Todos direitos reservados

Concepção visual e capa
Juliana Rabinovitz

Idealização e Curadoria da *Coleção AutoConhecimento Brasil*:
Aninha Franco

Produção
Levina Ferraz



APOIO FINANCEIRO:



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



“O projeto tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal”.

Lendo esses livros, encontrei a Bahia e o Brasil. Com eles, estudei caminhos para escrever e criar lugares de Pensar – o Bleff (Anos 1980), Theatro XVIII (Anos 2000), República_AF (Agora). Neles, tive certeza de que o autoconhecimento pode fazer do Brasil um lugar melhor, um lugar onde se Pensa.

Aninha Franco.

Auto Conhecimento Nação Fulejo.



Apoio Financeiro:



SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

